

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

NATHÁLIA CASSOLA PEREIRA

**AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
JORNALISMO DIGITAL: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS NO PORTAL
R7**

Porto Alegre

2020

NATHÁLIA CASSOLA PEREIRA

AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO
JORNALISMO DIGITAL: UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS NO PORTAL
R7

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Biblioteconomia
e Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharela em
Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Helena
Furtado

Porto Alegre

2020

NATHÁLIA CASSOLA PEREIRA

AS REPRESENTAÇÕES DE MULHERES VÍTIMAS
DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO JORNALISMO DIGITAL:
UMA ANÁLISE DAS NOTÍCIAS VEICULADAS NO PORTAL R7

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Biblioteconomia
e Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharela em
Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Helena
Furtado

Aprovada em:
BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Thaís Helena Furtado – UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Virgínia Fonseca – UFRGS
Examinadora

Prof. Dr. Felipe Moura de Oliveira – UFRGS
Examinador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à Thais Furtado, minha orientadora, por todo o apoio e ajuda durante todo o processo de escrita deste trabalho, desde o seu início. Foi um período conturbado e incerto para todos nós como sociedade, mas você estava sempre disponível e disposta a me auxiliar quando necessário. Te admiro muito tanto como professora e profissional, como pessoa. Obrigada por tirar um tempo dos teus dias corridos nesse semestre para fazer parte desse projeto comigo!

Em segundo lugar, quero agradecer aos meus pais, Elizete Cassola e Carlos Pereira, pelo suporte, não somente para esse trabalho, mas por toda a minha vida e carreira acadêmica. Mesmo quando as coisas ficam mais difíceis e complicadas, vocês nunca deixaram de me apoiar. Teus incentivos para continuar com os estudos, me dedicar a eles e sempre dar o meu melhor foram, sem dúvida, o que me fez chegar até aqui. Vocês nunca duvidaram da minha capacidade de entrar e me formar na UFRGS e, agora que finalmente estou finalizando essa etapa da minha vida, espero ter deixado vocês orgulhosos. Ao meu primo, Murilo Cassola, a quem considero como um irmão mais velho, quero dizer obrigada por estar sempre presente na minha vida e me apoiar durante os anos, desde que era pequena.

Também não poderia deixar de mencionar a Luísa Santini, colega de barra desde o início do curso e que agora o completa junto comigo. Muito obrigada por todo o apoio e ajuda durante os semestres e também durante o processo de escrita do TCC. Poder trocar ideias e sugestões e tirar dúvidas me deixou mais confiante e segura no que eu estava fazendo, além de tornar a experiência da pesquisa muito mais divertida e interessante. Obrigada por sempre estar disposta a conversar comigo, tanto sobre o trabalho como sobre coisas da vida. Você é uma pessoa incrível e te desejo toda a sorte na sua futura carreira profissional e vida após formatura! Pode contar comigo para o que precisar, sempre.

Apesar de eles não poderem ler isso, gostaria de agradecer a todos os amigos virtuais que acumulei ao longo dos anos. Mesmo com a distância entre nós, sempre senti o seu apoio e motivação para continuar. Obrigada por estar comigo naqueles momentos de ansiedade no meio da madrugada e por me distrair quando precisava

relaxar. Posso não conhecer vocês pessoalmente, mas vocês têm um espaço especial no meu coração e na minha vida.

Por último, quero agradecer à UFRGS e, principalmente, à Fabico, por todas as oportunidades que me foram dadas. Sem dúvida, todos os colegas e professores tornaram esses quatro anos de formação especiais e me ensinaram muito mais do que eu esperava. Espero sair desse curso não somente uma jornalista, mas também uma pessoa melhor e uma cidadã consciente. Sou muito grata por poder ter passado tantos anos na instituição e receber um ensino tão excelente quanto a UFRGS pode oferecer. A Fabico sempre será um lugar que guardo com muito carinho, e talvez um dia até volte para continuar com os meus estudos e carreira acadêmica. Muito obrigada por tudo!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como são construídas as representações da mulher em casos de violência doméstica publicados no portal R7. Para isso, foram selecionadas cinco notícias relacionadas à violência doméstica publicadas na página dedicada à violência contra a mulher no R7 nos primeiros oito meses de 2020. As notícias foram analisadas por meio da análise de discurso (AD) da linha francesa. Na parte teórica desta pesquisa, foram trabalhados os conceitos de gênero, relações de poder e cultura do estupro. Também foram abordados conceitos do jornalismo, das representações sociais e das tipificações. Além disso, foi apresentado um panorama geral da violência contra a mulher e, mais especificamente, a violência doméstica no Brasil. A partir da análise das notícias, encontrou-se três formações discursivas: FD1 - Mulher Responsabilizada, FD2 - Mulher Preservada e FD3 - Mulher Exposta. A predominância da FD1 mostra que o discurso machista é ainda comum e presente nas construções jornalísticas, enquanto a FD2 e a FD3 demonstram a diferença de tratamento em casos de morte, onde as vítimas têm seu direito à privacidade violado. Em relação às vozes presentes nas notícias, percebeu-se que são predominantemente de caráter oficial. Além disso, nenhuma das notícias apresenta informações necessárias para colocar esses atos de agressão no contexto de violência contra a mulher no país. Como resultado, é possível afirmar que as notícias desse teor dentro do portal R7 ainda falham por não trazer uma representação mais humanizada da mulher vítima, sem reforçar sentidos estereotipados que são predominantes na sociedade ainda machista em que se inserem.

Palavras-chave: Violência doméstica. R7. Análise de discurso. Representação. Mulher.

ABSTRACT

This research aims to understand how the representations of women are constructed in cases of domestic violence published on the portal R7. To this end, five news articles related to domestic violence published on the page dedicated to violence against women in R7 in the first eight months of 2020 were selected. The news were analyzed through the speech analysis (AD) of the French line. In the theoretical part of this research, the concepts of gender, power relations and rape culture were worked on. Concepts of journalism, social representations and typifications were also addressed. In addition, an overview of violence against women and, more specifically, domestic violence in Brazil was presented. From the analysis of the news, three discursive formations were found: FD1 - Responsible Woman, FD2 - Preserved Woman and FD3 - Exposed Woman. The predominance of FD1 shows that sexist discourse is still common and present in journalistic constructions, while FD2 and FD3 demonstrate the difference in treatment in cases of death, where victims have their right to privacy violated. Regarding the voices present in the news, it was noticed that they are predominantly of an official character. In addition, none of the news features necessary information to place these acts of aggression in the context of violence against women in the country. As a result, it is possible to affirm that the news of this content within the R7 portal still fails to bring a more humanized representation of the victim woman, without reinforcing stereotyped meanings that are prevalent in the still macho society in which they are inserted.

Keywords: Domestic violence. R7. Discourse analysis. Representation. Woman.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Resultado da pesquisa no site R7 com termos 'violência doméstica'. 55
- Figura 2** - Resultado da pesquisa no site R7 com termos 'violência contra a mulher'. 56
- Figura 3** - Categorização das notícias da página sobre violência contra a mulher por conteúdo abordado. 58
- Figura 4** - Quantidade de notícias divulgadas por mês na página sobre violência contra a mulher. 59
- Figura 5** - Categorização das notícias da página de acordo com o tipo de mídia utilizado. 60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Formações discursivas em notícias de casos de violência doméstica.	62
Tabela 2 - Sequências discursivas por formação discursiva em cada matéria.	62
Tabela 3 - Fontes encontradas nas notícias.	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 GÊNERO	17
2.1 Gênero como construção social	17
2.2 Feminino versus masculino e as relações de poder	19
2.3 Panorama da violência	22
2.4 Cultura do estupro	26
3 JORNALISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	28
3.1 As finalidades do jornalismo	28
3.1.1 Construções sociais e jornalismo	30
3.1.2 A construção da notícia	34
3.2 Representações sociais	36
3.2.1 Identidade e diferença	38
3.2.2 Tipificações e estereotipagem	39
4 METODOLOGIA: A ANÁLISE DO DISCURSO E O R7	43
4.1 Análise de discurso (AD)	43
4.1.1 Discurso e poder	44
4.1.2 Principais conceitos da AD	45
4.2 Objeto - R7	47
4.3 Procedimentos metodológicos	51
5 ANÁLISE E RESULTADOS: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO PORTAL R7	54
5.1 Procedimentos: constituição do corpus	54
5.2 Análise: a representação da mulher vítima de violência doméstica no R7	61
5.2.1 FD1 - Mulher Responsabilizada: de quem é a culpa?	63
5.2.2 FD2 - Mulher Preservada vs FD3 - Mulher Exposta: quem são elas?	68
5.2.3 As vozes nas notícias: quem fala?	70
5.2.4 Mulher descontextualizada: vítimas de que?	72

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS	78
APÊNDICE A	82
APÊNDICE B	88
ANEXO A - TEXTO 1	90
ANEXO B - TEXTO 2	91
ANEXO C - TEXTO 3	94
ANEXO D - TEXTO 4	96
ANEXO E - TEXTO 5	97

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com as maiores taxas de feminicídio e violência de gênero no mundo. De acordo com o Atlas da Violência 2019,¹ ocorrem em média 13 mortes violentas de mulheres diariamente. Foram 4.936 mulheres mortas em 2017, maior número registrado nos últimos 10 anos. Dados divulgados pelo Monitor da Violência em março de 2018² apontam uma taxa de quatro mulheres mortas para cada grupo de 100 mil no Brasil, índice 74% superior à média mundial. Essa mesma pesquisa³ aponta que, em 2017, o número de homicídios dolosos de mulheres aumentou em 6,5% com relação ao ano anterior. Ainda assim, até três anos atrás ainda existiam estados que não contabilizavam esses casos mesmo após a sanção da Lei do Feminicídio. Dados ainda mais alarmantes levantados pelo Datafolha⁴ mostram que, nos 12 meses antes da publicação da pesquisa, 1,6 milhão de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) passaram por algum tipo de assédio. Entre todos os casos de violência reportados, 42% deles ocorreram dentro de casa, sendo que apenas 48% das mulheres denunciam o agressor ou procuram ajuda.

Mesmo dentro de casa, na presença daqueles que deveriam cuidar e se importar com elas, as mulheres não estão a salvo: 76,4% delas dizem ser agredidas por pessoas que conhecem. A hesitação em denunciar pode ter origem em vários fatores: sua dependência do agressor, medo de retaliação e da falta de proteção ou a possibilidade de ser facilmente desacreditada. A vida dessas mulheres é repleta de medo e insegurança e pouco ainda foi feito para realmente ajudá-las. Enquanto conseguimos avanços em projetos de lei para defendê-las da violência, ainda estamos longe de conseguir a igualdade entre os gêneros.

¹ Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em 16 de novembro de 2019.

² Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contr-a-mulher-sao-a-evilencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

³ Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dos-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

⁴ Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

Apesar das falhas no monitoramento estatístico desses dados devido à falta de denúncia por parte das vítimas em vários casos, diariamente vemos notícias de agressões sendo divulgadas no jornalismo, seja na televisão, nos jornais ou até mesmo online. A palavra “feminicídio” se tornou mais presente nos meios de comunicação, mas nem sempre os casos são reportados da maneira correta. Esse termo é utilizado para representar crimes de ódio baseado no gênero, como o assassinato de mulheres que ocorrem pelo simples fato de serem mulheres, e foi incluído na legislação brasileira através da Lei nº 13.104 apenas em 2015. O termo feminicídio não enquadra toda e qualquer morte de mulheres, mas apenas aquelas que são motivadas pela misoginia e discriminação de gênero. Manchetes como “Jovem tem 80% do corpo queimado após ser flagrada na cama com o cunhado”, divulgada no portal R7 em março de 2019, por exemplo, acabam por culpabilizar a mulher e reforçar uma visão machista na sociedade. Nesse caso, a vítima, Isabela, havia se retirado para um dos quartos da casa após passar mal devido à bebida e foi encontrada pelo namorado junto com o cunhado, que havia estuprado Isabela, na mesma cama. O namorado, transtornado pela cena que viu, se aproximou dela com um colchão em chamas queimando 80% do corpo de Isabela. Alguns dias depois, ela acabou morrendo no hospital.

Enquanto a reportagem completa explicava melhor o caso, o título não tão sutilmente implicava à vítima a responsabilidade pelo ocorrido, além de distorcer o que realmente havia acontecido. Bombardeado com comentários negativos por causa da maneira que reportou essa notícia, o R7 mudou o título para “Mulher passa mal, é abusada pelo cunhado e torturada pelo namorado”⁵. Criado em 2009 pelo grupo Record, o R7 ultrapassou 50 milhões de visitantes únicos em 2014. De acordo com dados da empresa ComScore relativos a 2016,⁶ ele ficou em quinto lugar entre os dez maiores sites de entretenimento visitados na América Latina, perdendo somente para o *Youtube*, MSN, Globo e UOL. Portanto, o R7 é um dos maiores portais de notícia e entretenimento do país, com grande alcance na população brasileira. Com isso, a

⁵ Disponível em

<https://recordtv.r7.com/cidade-alerta/videos/mulher-passa-mal-e-abusada-pelo-cunhado-e-torturada-pelo-namorado-07032019>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

⁶ Disponível em

<https://noticias.r7.com/bahia/quinto-mais-visitado-da-america-latina-portal-r7-tem-138-milhoes-de-acessos-mensais-31032018>. Acesso em 16 de novembro de 2019.

responsabilidade desses jornalistas sobre como reportar as notícias se torna ainda maior. A escolha de quais palavras usar e de como apresentar um certo acontecimento sempre carrega certos significados, de acordo com o contexto social em que o jornalista se encontra. O modo como notícias sobre a violência contra a mulher são reportadas demonstra que existe uma construção da realidade por parte também do jornalismo na qual a violência de gênero se encontra naturalizada devido ao machismo e sexismo enraizados na sociedade (BERGER e LUCKMANN, 2004).

A discussão em torno da violência da mulher ainda é crucial e, como jornalistas, temos a responsabilidade de não reforçar um discurso que pode ser tão prejudicial a esse grupo. O modo como as notícias são escritas pode tanto reforçar estereótipos quanto questioná-los. Como mulher e jornalista, é difícil separar as motivações pessoais das sociais ou profissionais para realizar esta pesquisa. Acredito que é impossível se manter neutro quando se escolhe um objeto de estudo que é tão próximo de si. Vejo todos os dias como a diferença entre os gêneros no país é ainda presente e prejudicial para todos, principalmente as mulheres. São séculos de construções sociais que ditam como devemos agir e que nos criticam e punem quando fugimos do padrão. Não somente vivencio e sofro com o pensamento machista que faz parte da nossa sociedade, como vejo outras mulheres passando pela mesma situação, ou até mesmo de forma pior. Foi nos últimos anos, dentro da UFRGS, que comecei a questionar essa desigualdade que parece tão enraizada na nossa sociedade para tentar entender por que isso acontece. Além disso, comecei a perceber o quanto essa construção nos afeta diariamente.

Foi também na universidade, através de discussões com professores e colegas, que me tornei mais ativa politicamente e em causas sociais como essa. Foi preciso expandir meus horizontes para conseguir entender o quão importante são as lutas pelos nossos direitos de igualdade. Notei também o quanto essa visão de mundo sexista e machista estava enraizada até mesmo dentro de mim. Passei a notar problemas que nunca havia percebido e, com isso, passei a me interessar sobre o feminismo. Em um campo de atuação como o jornalismo, acredito que essa discussão e o desenvolvimento de um pensamento crítico é de extrema relevância, pois irei ocupar um espaço de credibilidade. Por isso, resolvi fazer esta pesquisa.

Levando, então, em consideração todas as questões levantadas, este trabalho pretende responder o seguinte problema de pesquisa: como as mulheres vítimas de violência doméstica estão sendo representadas no jornalismo produzido pelo portal R7? Compreendida dentro da violência de gênero, considera-se a violência doméstica toda aquela que atinge pessoas que, pertencendo ou não a família, vivem parcialmente ou integralmente no domicílio do agressor. Esse tipo de violência possui pontos de sobreposição com a chamada violência familiar, a qual envolve membros de uma mesma família, podendo acontecer dentro ou fora do de casa (SAFFIOTI, 1999).

O objetivo geral deste Trabalho de Conclusão de Curso é compreender como são construídas as representações da mulher em casos de violência doméstica publicados no portal R7. Serão analisadas as notícias publicadas durante os primeiros oito meses de 2020. Para isso, os objetivos específicos definidos são os seguintes: 1) contabilizar o número de casos de violência doméstica contra a mulher divulgados no portal durante o período de tempo escolhido; 2) identificar como são construídas as notícias de casos de agressão doméstica contra a mulher no R7; 3) investigar como são caracterizadas as vítimas nas notícias do portal R7; 4) verificar se as notícias do portal reforçam construções sociais estereotipadas de gênero e da figura feminina.

O trabalho está organizado em seis capítulos. No capítulo a seguir, apresento como foi construída o conceito de gênero e de que maneira ela afeta a sociedade até os dias de hoje, através de autores como Joan Scott (1995) e Pierre Bourdieu (2012). Além disso, discuto a chamada cultura do estupro, o porquê do silenciamento de vítimas de assédio e agressão sexual e o machismo estrutural que ainda permeia as relações sociais. Apresento também dados sobre a violência doméstica contra as mulheres no mundo e no Brasil.

No terceiro capítulo me aprofundo no jornalismo, no seu papel social como construtor de sentidos e na maneira como ele reproduz os valores sociais dominantes na sociedade através do seu discurso. Em especial, trato como o discurso jornalístico aborda a questão da mulher. Para isso, foram utilizados autores como Nelson Traquina (2004), Gisele Reginato (2019) e Marcia Veiga da Silva (2010). Para complementá-lo, apresento os conceitos de representações e representações sociais.

A metodologia escolhida para esta pesquisa, a Análise de Discurso – desenvolvida primeiramente por Michel Pêcheux – é apresentada no capítulo quatro. Em seguida, no mesmo capítulo, apresento o portal R7 como objeto de pesquisa. A análise propriamente dita, para responder os problemas levantados e compreender como são construídas as representações da mulher em casos de violência doméstica publicados no portal R7, será apresentada no capítulo cinco. Dentre todas as notícias que envolviam mulheres e violência no período definido, foram escolhidas apenas as que reportavam violência doméstica. Por fim, chego nas considerações finais da pesquisa, comentando os resultados alcançados. Através desta pesquisa, nos capítulos que seguem, espero poder incentivar a discussão sobre as consequências da violência doméstica na sociedade.

2 GÊNERO

Este capítulo busca apresentar as teorias sobre gênero, considerando-o não como uma diferença biológica ou física, mas como uma construção social que há séculos afeta a maneira como vivemos e nos comportamos em sociedade. O conceito de gênero foi primeiramente utilizado pelas feministas americanas, que rejeitavam o determinismo biológico no uso de palavras como “sexo” para se referir às diferenças entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). O termo foi então cunhado para representar as construções culturais em que os gêneros feminino e masculino se baseiam, impostas sobre os corpos desde o nascimento. Este trabalho procura abordar os estereótipos e comportamentos esperados de ambos os gêneros de acordo com a sociedade do patriarcado, além da chamada cultura do estupro, que é resultado dessa mentalidade sexista e que nasce da normalização da violência sexual contra a mulher. Para discutir esses assuntos, utilizarei os conceitos de autores como Scott (1995), Bourdieu (2012), Butler (2003), Saffioti (1999) e Turcatto (2017).

2.1 Gênero como construção social

O gênero foi estudado por múltiplas correntes de pensadoras feministas durante as décadas e já teve diversos significados, mas, para Scott (1995), ele é a forma primeira de significar as relações de poder. O gênero faz parte da organização das relações sociais entre os indivíduos, que é fundamentada primeiramente a partir das diferenças notadas entre os sexos para estabelecer uma hierarquia dominante. Por muitos séculos, vivemos em uma sociedade dominada pelos homens, tidos como naturalmente e biologicamente superiores. Entretanto, há uma diferença conceitual entre os termos sexo e gênero, o primeiro referindo-se aos órgãos sexuais e as diferenças anatômicas em seu sentido mais simples enquanto o segundo compreende as construções sociais que são erroneamente ligadas aos sexos biológicos. Como afirma Butler (2003, p.24) , “por mais que o sexo pareça intratável em termos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo”. O gênero é resultado do

contexto social e histórico em que estamos inseridos, não sendo equivalente de nenhuma maneira ao sexo. A autora ainda afirma que a distinção entre o sexo e gênero vem da descontinuidade entre os corpos sexuados e o gênero socialmente construído. Como diz Simone de Beauvoir (2009), nós não nascemos mulheres, nos *tornamos* mulheres. Esse processo é feito através de uma compulsão cultural para que o indivíduo se encaixe nos padrões e aja de acordo com a expectativa da sociedade para o “gênero” com que nasceu (BUTLER, 2003). A oposição binária que predomina na sociedade força uma falsa correlação entre o sexo e gênero, tornando-os inseparáveis e rejeitando ou reprimindo qualquer pensamento que vá contra isso (BUTLER, 2003; SCOTT, 1995). É também a causa de desconforto para muitas pessoas com o corpo em que nasceram. A posição que chega à dominância é vista como a única possível, algo que não pode ser questionado ou mudado.

Essas posições normativas são tratadas como se fossem um consenso social quando são, na verdade, resultado de conflitos. Elas tornam conceitos criados pelas classes dominantes em algo que parece ser imutável e fixo, mesmo que tenham causado e continuem causando divergências de opinião (SCOTT, 1995). É a naturalização dessas construções criadas pelas classes dominantes que faz com que as diferenças entre os gêneros sejam aceitas como uma hierarquia natural e biológica, usando as distinções biológicas entre os sexos como justificativa para as desigualdades sociais. O corpo em que nascemos, seja feminino ou masculino, define o nosso papel na sociedade e a maneira como devemos nos comportar, indo desde as roupas ou preferências que devemos ter até que tipo de temperamento ou atitude nos é adequada. “Somos obrigados, com nossos corpos e em nossas mentes, a corresponder, traço por traço, à ideia de natureza que foi estabelecida para nós.” (WITTIG *apud* BUTLER, 2003, p.168)

Como afirma Butler (2003), o gênero é uma estilização repetida do corpo dentro da estrutura reguladora rígida que é a sociedade, transformando-o de uma fabricação cultural para uma classe natural de ser. Os traços predefinidos de gênero das pessoas vão muito além da genitália com a qual nasceram, mas alteram-se de acordo com o contexto histórico em que estão inseridos (BUTLER, 2003). “O gênero é, portanto, um

meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana” (SCOTT, 1995, p.23).

Butler (2003) aponta também a relação binária entre cultura e natureza, em que a primeira pode transformar e se apropriar da última, impondo os seus próprios significados a ela. Da mesma forma, a natureza “feminina” é vista como algo que deve ser subordinado pela cultura, que é concebida como masculina. Para a autora:

A razão e a mente são associadas com a masculinidade e a ação, ao passo que corpo e natureza são considerados como a facticidade muda do feminino, à espera de significação a partir de um sujeito masculino oposto. [...] A política sexual que constrói e mantém essa distinção oculta-se por trás da produção discursiva de uma natureza e, a rigor, de um sexo natural que figuram como a base inquestionável da cultura (BUTLER, 2003, p.66)

Essas construções, como explica Wittig (*apud* BUTLER, 2003), são apenas “reais” porque ganham poder através do discurso, que os naturaliza e impõe aos indivíduos. São diversos os mecanismos de manutenção da ordem dominante na sociedade, e a linguagem é, sem dúvida, um deles. É a partir dessa compreensão que podemos também começar a discussão sobre a importância do jornalismo e do seu discurso em reforçar ou desconstruir as concepções dominantes na sociedade, seja de gênero ou de qualquer outro conceito. As palavras não são inocentes. Afinal, “o falar tem um caráter formador de sujeito, considerando que buscamos na linguagem significados que acabam por produzir o entendimento de si, da experiência e da participação no mundo vivido” (CANTERA; BEIRAS, 2014, p.34).⁷

2.2 Feminino versus masculino e as relações de poder

Bourdieu, no seu livro “Dominação masculina” (2012), também discute as noções de gênero que estão naturalizadas na sociedade, mas a partir de um viés focado na questão do ato sexual e de como a construção de gênero impacta no mesmo. Assim como foi dito por Scott (1995) e Butler (2003), ele também afirma que a divisão entre os sexos está enraizada na sociedade e

⁷ A relação do jornalismo com a questão do gênero será abordada com mais profundidade no capítulo seguinte desta monografia.

[...] parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. (BOURDIEU, 2012, p.17, grifos meus)

A ordem social é uma imensa máquina simbólica, ratificando a dominação masculina e dispensando quaisquer justificações (BOURDIEU, 2012). As divisões dos estatutos sociais são feitas a partir da diferença entre os corpos masculinos e femininos, mas não afetam somente as mulheres. Enquanto elas são vistas como submissas, que devem seguir certas normas de boa conduta, os homens devem constantemente demonstrar a sua virilidade para não serem considerados menos "homens". Muitas vezes, atos de violência são uma maneira de provar a sua masculinidade, em busca da validação de outros homens. Bourdieu (2012) aponta a tendência de atribuir uma essência maléfica às mulheres, algo que se mostra presente até hoje na vilificação das vítimas de agressão sexual. Até mesmo o sexo é visto como um ato de dominação, de posse e de apropriação (BOURDIEU, 2012). É importante lembrar que:

Os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação e que consiste em atribuir às mulheres a responsabilidade de sua própria opressão, sugerindo, como já se fez algumas vezes, que elas escolhem adotar práticas submissas ("as mulheres são seus piores inimigos") ou mesmo que elas gostam dessa dominação, que elas "se deleitam" com os tratamentos que lhes são infligidos, devido a uma espécie de masoquismo constitutivo de sua natureza. Pelo contrário, é preciso assinalar não só que as tendências à "submissão", dadas por vezes como pretexto para "culpar a vítima", são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução. O poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque o constroem como poder (BOURDIEU, 2012, p.52).

Apesar do livro "Dominação masculina" ter sido publicado pela primeira vez em 1998, mais de 20 anos atrás, a sociedade que foi descrita por Bourdieu ainda é uma realidade, sendo que ainda vivenciamos e vemos esse tipo de comportamento nos dias de hoje. Não são incomuns os casos de vítimas que têm a sua credibilidade

questionada ou que são culpabilizadas pela agressão que sofreram de alguma maneira ou outra, seja pela roupa que estava usando ou porque “pediu” por aquilo.

O sexismo, como dito, prejudica tanto os homens quanto as mulheres, além das suas relações interpessoais. Entretanto, quem sai no maior prejuízo é o sexo feminino, pois as mulheres sociadas para desenvolver comportamentos dóceis e apaziguadores, enquanto o homem é estimulado a abraçar a agressividade, pois representa a força e a coragem (SAFFIOTI, 2011). Saffioti também completa dizendo que

A naturalização do feminino como pertencente a uma suposta fragilidade do corpo da mulher e a naturalização da masculinidade como estando inscrita no corpo forte do homem fazem parte das tecnologias de gênero (LAURETIS, 1987), que normatizam condutas de mulheres e de homens. A rigor, todavia, os corpos são gendrados, recebem um imprint do gênero (SAFFIOTI, 2011, p.77).

De acordo com Saffioti (2011), o poder tem dois lados: a potência e a impotência, que podem também ser atribuídos um para cada gênero. “As mulheres estão familiarizadas com esta última, mas este não é o caso dos homens, acreditando-se que, quando eles perpetram violência, estão sob o efeito da impotência” (SAFFIOTI, 2011, p.51). Os homens que têm a sua autoridade como homem, provedor e marido ameaçada, frequentemente partem para atos violentos contra as mulheres em uma tentativa de recuperar o poder (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012). Para os autores:

No seio das relações de poder se apresentam desigualdades e diferenças, expressas nas análises das categorias de gênero, classe social, sexualidade e raça/etnia, que são demarcadas historicamente por hierarquias, violências, discriminação e desigualdades, já que o poder pode se manifestar de maneira sutil e invisível, e no caso das relações de gênero acarreta malefícios a algumas mulheres quando expresso pelas várias manifestações da violência (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012, p.235).

Essas tais estruturas de poder não estão somente reservadas ao espaço pessoal, contaminando também o âmbito político. As práticas culturais e sociais influenciam e determinam todos os outros contextos da vida de um indivíduo (COSTA; MADEIRA; SILVEIRA, 2012). Elas fazem parte do chamado patriarcado, o sistema de dominação masculino que permeia e rege as relações sociais até hoje. Enquanto o conceito de gênero apenas identifica as construções sociais sem indicar qual é o vetor

de dominação, o termo patriarcado deixa explícita a dominação masculina. É um tipo hierárquico de relação que se baseia tanto na ideologia quanto na violência e estende-se a todos os espaços da sociedade, que pode ser facilmente percebido pelas desigualdades e diferenças de oportunidades entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2011). Essa configuração da sociedade é também um dos principais fatores para os altos índices de violência de gênero, já que legitimiza a desigualdade e a dominação masculina que é internalizada tanto por homens quanto mulheres (ARAÚJO, 2008). A masculinidade é violenta, um produto da construção social e histórica das relações estabelecidas entre os homens e as mulheres (URRA, 2014). Sobre a violência e o espaço simbólico dos gêneros, Urra (2014) explica:

O exercício da violência é uma prática estabelecida entre os homens, desde tenra idade, vivenciada nos espaços de socialização, no exercício de masculinidade, nas brincadeiras infantis, nos grupos de homens, em esportes como o futebol ou espaços físicos e simbólicos, como os bares. [...] Mulheres e homens, ao nascerem, têm seu espaço simbólico criado a priori, com determinadas características e certas funções, cercados por um repertório de comportamentos esperados para conduta. Em nossa cultura são enfatizadas nos homens características como: honra, coragem, força, heroísmo, virilidade, ousadia, audácia, dentre outras. Por outro lado, são negadas características como: medo, fragilidade, vergonha, sensibilidade, impotência e cautela. (URRA, 2014, p.126).

Desde o nascimento e a infância, já somos incentivados a agir de uma maneira ou outra de acordo com o sexo que nascemos e as construções de gênero que são associados a ele. Reforçamos estereótipos muitas vezes prejudiciais tanto para mulheres quanto para homens, pois acreditamos ser algo natural, e é justamente por isso que a discussão de gênero e das suas violências é tão importante. Ao naturalizar o comportamento agressivo e possessivo masculino, naturalizamos a agressão física com relação às mulheres, até mesmo nos tornando imunes aos seus horrores ao tentar justificar qualquer tipo de violência dessa maneira devido ao machismo internalizado que ainda resiste em grande parte da população.

2.3 Panorama da violência

A violência contra a mulher não é um fenômeno recente, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. A submissão feminina e a dominância masculina estão presentes na nossa sociedade desde muito antes do início da democracia: foram muitos anos para conquistarmos direitos básicos como do voto e também da nossa autonomia como indivíduos. Entretanto, foi só a partir da década de 1990 que a violência contra a mulher passou a ser discutida mais seriamente e se tornou um problema de saúde pública e direitos humanos (COSTA, 2016). A violência é caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o uso da força física, do poder legítimo ou ameaça perpetrada contra si ou outra pessoa (COSTA, 2016). Já violência contra a mulher é definida como qualquer ato de violência baseado no gênero, que pode causar danos físicos, morais ou sexuais à vítima. Essa violência é “predominantemente de natureza doméstica, repetitiva, grave, e perpetrada na maioria das vezes pelo parceiro íntimo” (COSTA, 2016, p.17). Ela não ocorre aleatoriamente, mas sim origina-se de uma estrutura social baseada no gênero que privilegia o masculino (SAFFIOTI, 1999).

No Brasil, existem algumas leis que foram criadas justamente para proteger as mulheres contra os muitos tipos de violência de gênero. A mais famosa delas é a chamada Lei Maria da Penha, a lei 11.340, que foi sancionada em 2006. Ela é a principal lei que protege as mulheres vítimas de violência doméstica. É com a Lei Maria da Penha que pode-se determinar a prisão dos agressores, considerando esse tipo de violência como um agravante na pena e afastando o agressor da família, além de garantir assistência econômica a ela quando necessário⁸. Já a Lei da Importunação Sexual (13.718), que entrou em vigor em 2018, define como crime qualquer ato de natureza sexual que é realizado na presença de alguém sem o seu consentimento.

Em 2015, ainda passou a vigorar no país a Lei do Femicídio (13.104), que prevê o assassinato de mulheres motivado pelo gênero da vítima como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio, para enquadrá-lo como crime hediondo⁹. Crimes que envolvem violência doméstica e familiar ou discriminação à mulher podem cair dentro dessa lei, que conta até com aumento de pena para casos

⁸

<https://exame.abril.com.br/brasil/as-leis-brasileiras-sobre-direitos-das-mulheres-e-os-avancos-necessarios/>. <Acesso em: 10 de março de 2020. >

⁹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L_13104.htm. <Acesso em: 10 de março de 2020. >

em que a vítima está grávida, quando está na presença de descendente ou ascendente da vítima, ou quando ela é menor de 14, maior de 60 ou com deficiência. Nos últimos anos, a nossa legislação tem conquistado diversos avanços com relação à proteção da mulher, mas ainda assim ela nem sempre é o suficiente para fazê-las se sentir protegidas.

Dados estimados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) apontam que, na América Latina, essa violência afeta 25% a 50% das mulheres (COSTA, 2016). Pesquisa do Datafolha¹⁰ divulgada em 2019 mostra que, no ano anterior, 1,6 milhão de mulheres foram agredidas no Brasil, enquanto 22 milhões (37,1%) de brasileiras passaram por algum tipo de assédio. Entre esses casos, 42% ocorreram dentro do ambiente doméstico. Mais da metade (52%) das mulheres também não procuraram ajuda após serem agredidas ou assediadas. Além disso, em 76,4% dos casos, o agressor era alguém que a vítima já conhecia. Matéria divulgada pela Folha de S.Paulo¹¹ aponta que, de acordo com dados do Ministério da Saúde, a cada quatro minutos uma mulher é agredida por ao menos um homem e sobrevive.

Dados apresentados no Mapa de Violência Contra a Mulher de 2018¹² indicam que, entre os meses de janeiro e novembro de 2018, a imprensa brasileira noticiou 14.796 casos de violência doméstica em todo o país. A maior parte dos agressores (58%) são os companheiros, enquanto os outros 42% são pais, avôs, tios e padrastos. O estado do Rio Grande do Sul representa 2% dos casos de violência doméstica noticiados na imprensa brasileira. A violência de gênero está intrinsecamente conectada às relações de poder na sociedade, ela

[...] fundamenta-se nas relações de posse e são interligadas a um poder patriarcal, o qual é caracterizado pela exposição e poder do homem e a subordinação das mulheres. Assim, com base neste conceito, a violência contra as mulheres pode ser definida como universal e estrutural e fundamenta-se no sistema de dominação patriarcal presente em praticamente todas as sociedades do mundo ocidental (COSTA, 2016, p.27).

¹⁰ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503>. <Acesso em: 25 de fevereiro de 2020. >

¹¹

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-1-caso-de-agressao-a-mulher-a-cada-4-minutos-mostra-levantamento.shtml>. <Acesso em: 25 de fevereiro de 2020. >

¹²

<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/MapadaViolenciaatualizado200219.pdf>.

<Acesso em: 25 de fevereiro de 2020. >

São diversos os tipos de violência contra a mulher que se enquadram dentro do conceito de violência de gênero. De acordo com Costa (2016), a violência doméstica tem o domicílio como local de ocorrência sem necessariamente haver um vínculo familiar entre vítima e agressor, enquanto a violência conjugal caracteriza-se por ser realizada por parceiros íntimos, entre duas pessoas envolvidas em um relacionamento amoroso. Ainda podemos falar de violência familiar, cometida por membros de uma mesma família seja dentro ou fora do ambiente doméstico (SAFFIOTI, 1999). Para Costa (2016), há também três tipos de modalidade de agressão, sendo elas: violência física, que causa lesão física, dano ou dor, sendo a mais fácil e evidente de identificar; violência sexual, que se caracteriza por qualquer tipo de intimidade forçada; e violência psicológica, que intimida, desvaloriza ou cria um sentimento de culpa na vítima e é a mais difícil de ser identificada, comumente acompanhando os outros tipos de violência.

Os três tipos de violência raramente acontecem isoladamente, e as vítimas são, mais frequentemente, agredidas em dois ou três níveis. Isso é principalmente comum nos casos de violência doméstica, que podem ocorrer durante longos períodos de tempo. A violência que ocorre dentro de uma relação afetiva, via de regra, demanda interferência externa para quebrar o ciclo (SAFFIOTI, 1999). Esse tipo de agressão não é exclusivo de nenhuma classe econômica ou tipo de cultura, permeando as diferentes sociedades como um todo. Um dos importantes conceitos a serem levados em consideração em casos de violência doméstica é a *co-dependência*. Como diz Saffioti (1999, p. 87), “mulheres que suportam violência de seus companheiros, durante anos a fio, são co-dependentes da compulsão do macho e o relacionamento de ambos é fixado, na medida em que se torna necessário”. Ocorre uma rotinização da agressão, tornando-a habitual. Em um manual de orientações práticas para profissionais e voluntários relacionados à violência contra a mulher criado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, “Enfrentando a violência contra a mulher” (2005), Soares aponta:

Ainda na sua forma típica, a violência doméstica contra a mulher envolve atos repetitivos, que vão se agravando, em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, ameaças e agressões físicas e

sexuais variadas. Além do medo permanente, esse tipo de violência pode resultar em danos físicos e psicológicos duradouros. (SOARES, 2005, p.13)

Existem muitos motivos pelos quais uma mulher pode permanecer em um relacionamento abusivo, tais como

A dependência emocional e econômica, a valorização da família e idealização do amor e do casamento, a preocupação com os filhos, o medo da perda e do desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha, principalmente quando a mulher não conta com nenhum apoio social e familiar (ARAÚJO, 2008, p.4).

Além disso, a dominação masculina que é naturalizada na sociedade encontra-se internalizada nas vítimas, tornando difícil o rompimento desse ciclo de violência. É importante lembrar que não somente mulheres são vítimas de violência doméstica e a violência de gênero, podendo ocorrer da maneira reversa ou em relacionamentos homoafetivos. Entretanto, o número de casos que envolvem mulheres como vítimas representa uma maioria e este é o foco de estudo desta pesquisa.

2.4 Cultura do estupro

É neste contexto, com as diferenças entre os gêneros construídas socialmente e reforçadas por mais de décadas, que surge o que atualmente é chamado de *cultura do estupro*. Apesar de ser um termo cunhado somente em 1970 nos Estados Unidos, é algo que afeta as mulheres desde antes do início dos estudos sobre gênero, embora não tivesse uma nomeação ou sequer fosse percebido como problemático. Esse tipo de pensamento é evidenciado por diversos comportamentos e um deles é a silenciamento das vítimas de assédio e agressão sexual. É o medo da humilhação, da impunidade e de não serem acreditadas que as levam a não reportar o crime ocorrido. A culpabilização da vítima é ainda um agravante da agressão:

[...] para além da violência sofrida, a mulher é desmoralizada socialmente, o que reitera não só sua posição submissa nas relações sociais como também seu papel como propriedade do homem, reforçando a ideologia androcêntrica da estrutura social corrente. (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p.72)

Segundo dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2015¹³, 65% dos casos que ocorrem no Brasil nem entram nas estatísticas devido à falta de denúncias. No Rio de Janeiro, só 6% dos acusados chegam aos tribunais. Não é incomum o tipo de discurso que questiona a credibilidade da vítima, que sugere a culpa delas de alguma maneira, tanto pelas pessoas quanto pela mídia. Questionar a roupa que estava usando, porque estava sozinha em um determinado local, porque saiu à noite, porque continua em uma relação abusiva: todas essas são pequenas micro agressões à mulher, que diminuem a culpabilidade do agressor por questionar se não foi justificável.

A violência é algo que as mulheres sofrem diariamente, em diferentes graus, e que geralmente são recebidos sem muita surpresa ou indignação. “A cultura do estupro está incorporada na banalização do crime ao ponto desse ato não gerar espanto nem admiração pelo fato de acontecer corriqueiramente” (TURCATTO, 2017, p.2-3). Há uma tendência de proferir discursos de ódio com relação às vítimas e botar a culpa da violência nelas próprias. Raramente a violência é atribuída aos perpetradores, como se estivessem agindo apenas de acordo com a sua natureza. A cultura do estupro normaliza a violência sexual e, conseqüentemente, compactua com a mesma.

Seja no ato de duvidar das vítimas ou na normatização da violência sexual, vemos reflexos duradouros e complexos dessa cultura no meio social, tanto na Indústria Cultural, como na concepção da publicidade, na indústria cinematográfica e televisiva, e no discurso jornalístico, quanto na justificação da violência pela roupa que a vítima estava usando na hora do crime, ou ainda, por andar desacompanhada na rua de noite. (TURCATTO, 2017, p.3)

É essa naturalização da agressão e até mesmo formas mais sutis de violência contra a mulher que permite que estupros e feminicídios continuem ocorrendo com poucas conseqüências. É por esse motivo que a discussão desses assuntos ainda é extremamente necessária e relevante. O poder do discurso em reproduzir ou questionar normas sociais, o papel social do jornalista e as representações sociais serão apresentados no capítulo a seguir.

¹³ http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015_retificado_.pdf. <Acesso em: 25 de fevereiro de 2020. >

3 JORNALISMO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Neste capítulo, serão abordados conceitos que se relacionam com a capacidade do jornalismo de construir sentidos através das notícias e com o seu papel na sociedade. Desde o surgimento da imprensa e a sua posterior expansão com o começo da produção em massa, diversas finalidades foram atribuídas ao jornalismo. Ele modificou-se de acordo com as necessidades e demandas da sociedade em cada período e continua a alterar-se conforme o tempo passa, em um ciclo sem fim.

Muitas mudanças na profissão ocorreram desde o desenvolvimento e popularização das novas tecnologias e da internet, mas o jornalismo continua fortemente presente na sociedade como uma das principais fontes de informação para todos os cidadãos. Devido ao alcance dessa posição de poder, surge uma responsabilidade dos jornalistas para com os leitores de não somente divulgar notícias relevantes de modo qualificado, mas também de usar o seu espaço para trabalhar no desenvolvimento de uma sociedade melhor e mais justa (REGINATO, 2018). Neste capítulo, serão discutidas as finalidades do jornalismo e os conceitos de representações sociais relacionadas ao jornalismo.

3.1 As finalidades do jornalismo

Apesar da complexidade do jornalismo, é possível afirmar que o seu principal produto é a notícia (TRAQUINA, 2005). O jornalismo é responsável por manter as pessoas informadas sobre o mundo ao seu redor, seja sobre a sua própria comunidade e espaços próximos, ou até sobre fatos internacionais. Ele relaciona-se com a democracia de maneira simbiótica, ambos sendo essenciais para a existência do outro. Desde o século XIX, o papel de “Quarto Poder” foi relacionado ao jornalismo, que tinha como função fiscalizar os outros três poderes para evitar e denunciar abusos possíveis, prezando pela transparência de membros da esfera pública (TRAQUINA, 2005). Para o filósofo James Mill, como explica Reginato (2016, p.24), a imprensa deveria também se tornar um *instrumento de reforma da sociedade*, incentivando o governo a realizar as mudanças necessárias para desenvolvê-la.

A sua credibilidade e legitimidade como fonte de notícias e informação foi construída durante décadas, até chegar onde se encontra nos dias de hoje. O jornalismo firmou-se principalmente através da luta pela liberdade e pela conquista política da democracia, tornando a imprensa um elo essencial entre a opinião pública e as instituições políticas (TRAQUINA, 2005). Com esse novo poder e influência dentro da sociedade e a popularização dos jornais com a sua produção em massa, o jornalismo começou a se encaminhar para o modelo que conhecemos hoje.

Desde o seu início, a principal finalidade do jornalismo foi de informar e gerar conhecimento sobre acontecimentos atuais, além de assegurar a circulação da informação entre os membros de uma sociedade (REGINATO, 2016). O seu alcance expande-se cada vez mais e, junto com isso, aumenta-se também a sua influência. Afinal, o campo jornalístico ocupa um espaço singular dentro da estrutura social em países democráticos governados pela opinião pública, pois tem a capacidade de possivelmente moldar a convicção de inúmeras pessoas através das suas produções (PULITZER *apud* REGINATO, 2016).

A teoria da responsabilidade social, resgatada por Michael Kunczik em 1997, dita que os atos da imprensa livre devem ser socialmente responsáveis, pois a mesma possui obrigações para com a sociedade para a qual produz (REGINATO, 2016). Valores como imparcialidade e objetividade surgem no século XX (TRAQUINA, 2005) e tornam-se relevantes e necessários para construção do jornalismo, pois confiava-se em seus profissionais para transmitir os fatos corretamente e de maneira não tendenciosa. Surgem conceitos como o *lide*, que caracteriza a parte inicial de uma notícia, onde são apresentadas as informações mais essenciais no formato de pirâmide invertida. De acordo com as práticas jornalísticas que surgem no passado e persistem até hoje, o *lide* deve ser objetivo e direto, prezando a exatidão, a clareza e a linguagem simples. A busca pela objetividade, embora nunca seja absoluta, é uma constante dentro do jornalismo ao longo dos séculos. A capacidade de agir independentemente dos agentes sociais é também uma das principais características do campo jornalístico.

Entretanto, essa objetividade conduz a uma padronização do produto (TRAQUINA, 2005) e torna o jornalista que o escreveu quase invisível em seu próprio texto, deixando pouco ou nenhum espaço para opiniões pessoais ou políticas. Com o

avanço das tecnologias e a sua subsequente popularização, a instituição começa a passar por alterações. As redações diminuem, a venda de jornais também. Cada vez mais o jornalismo é feito online e, em um processo de reformulação da profissão, as diretrizes que costumavam reger também passam a ser questionadas.

Jornalistas são também seres sociais, o que torna a objetividade e imparcialidade absolutas impossíveis de se alcançar. Afinal, dentro do jornalismo, circulam-se também sentidos construídos em outros lugares sociais (REGINATO, 2016). Passa-se a perceber que, apesar de a objetividade ser uma busca necessária e ainda valorizada na profissão, as visões passadas por esses profissionais em suas notícias serão sempre prismas da realidade, e a discussão sobre que sentidos estão sendo (re) passados por elas torna-se cada vez mais relevante e necessária para o desenvolvimento da sociedade.

Reginato (2016) define quais são hoje as finalidades que devem ser cumpridas pelo jornalismo: 1) informar de modo qualificado, 2) investigar, 3) verificar a veracidade das informações, 4) interpretar e analisar a realidade, 5) fazer a mediação entre os fatos e o leitor, 6) selecionar o que é relevante, 7) registrar a história e construir memória, 8) ajudar a entender o mundo contemporâneo, 8) integrar e mobilizar as pessoas, 9) defender o cidadão, 10) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia, 11) esclarecer o cidadão e 12) apresentar a pluralidade da sociedade. Percebe-se que a primeira finalidade apontada pela autora é a de informar de modo qualificado, ou seja, não basta ao jornalista apenas informar. Além disso, o cruzamento dessas finalidades mostra que objetividade e subjetividade no jornalismo não são conceitos opostos, mas sim, complementares.

3.1.1 Construções sociais e jornalismo

Para esta pesquisa, se pensará na mídia e no jornalismo como produtores de sentidos. É principalmente importante questionar esse papel que possuem pois, através da reprodução de construções simbólicas no espaço midiático e jornalístico, os mesmos têm a capacidade de se tornar um parâmetro da realidade e influenciar os modos de

vida e normas dentro sociais (SILVA, 2010). Para Silva, os discursos midiáticos são formados a partir das normas e valores vigentes em uma sociedade e

[...] a constituição do sujeito e das suas posições sociais, as formas como constitui sua identidade, reconhece-se num grupo e numa cultura, dão-se nas aprendizagens cotidianas que são essencialmente marcadas pelas interações sociais e pela participação ativa de instituições que contribuem nesse sentido (SILVA, 2010, p.30).

O conhecimento que é formado pela mídia, incluindo o jornalismo, ajuda a orientar a maneira como as pessoas se comportam em sociedade, o que elas pensam ser certo ou o errado e como julgam o outro. Como afirma Traquina (2005, p.26), “os jornalistas são participantes ativos na definição e na construção de notícias e, por consequência, na construção da realidade”. Até mesmo decisões como a escolha de entrevistados e que palavras serão usadas podem alterar a maneira como um acontecimento é reportado. Ainda nas palavras de Traquina (2005, p.203), os jornalistas “podem influenciar não só *sobre o que pensar* mas também *como pensar*”. Os jornais não só divulgam fatos, mas também auxiliam os indivíduos a interpretar a realidade em sua volta através da construção das notícias (REGINATO, 2016) e tem a função de “orientar o homem e a sociedade num mundo real” (PARK *apud* REGINATO, 2016, p.30).

Nas notícias, os acontecimentos são apresentados a partir de um enfoque escolhido pelo jornalista, geralmente reforçando os valores da classe dominante, mesmo que de maneira inconsciente. O discurso jornalístico tido e prezado como imparcial e objetivo é capaz de contribuir para invisibilizar as diferenças entre os membros da sociedade e seu público, além de tornar universal a perspectiva social do jornalista se a mesma é dita como neutra: “ao apresentar sua posição como não situada socialmente, os jornalistas ocultam o fato de que sua perspectiva incorpora e ativa os pressupostos que naturalizam a ordem social e a política estabelecida” (MIGUEL; BIROLI; 2010, p.74).

Segundo Traquina (2005), os textos jornalísticos são uma “construção” social, o resultado de interações entre diversos agentes sociais. Para Pierre Bourdieu, o jornalismo é apenas uma parte da realidade, pois “os jornalistas partilham estruturas invisíveis, ‘óculos’, através dos quais veem certas coisas e não veem outras” (*apud*

TRAQUINA, 2005, p.30). De acordo com Genro Filho (*apud* REGINATO, 2016, p.39), o jornalismo é responsável por contextualizar as informações e, através disso, “construir conhecimento acerca de aspectos da realidade”. Há convenções que moldam a percepção de mundo desses profissionais e influenciam as escolhas que vão tomar ao apresentar um acontecimento, de acordo com os repertórios formais que foram desenvolvidos por instituições e pelas rotinas de trabalho (MANOFF *apud* TRAQUINA, 2005). Não somente isso, quando estão produzindo notícias:

Os jornalistas também interagem silenciosamente com a sociedade, por via dos limites com que os valores sociais marcam as fronteiras entre normal e anormal, legítimo e ilegítimo, aceitável e desviante. As notícias têm uma estrutura profunda de valores que os jornalistas partilham, como membros da sociedade, com a sociedade. Como um todo. Como seus membros. (TRAQUINA, 2005, p.29).

Desse modo, as produções jornalísticas podem servir de parâmetro para analisar os tipos de pensamento que prevalecem dentro de uma sociedade no período em que se encontra e, até certo ponto, reforçá-los. Através do jornalismo, “é possível avaliar o sistema de valores hegemônico naquela sociedade e naquele momento histórico” (BENETTI *apud* REGINATO, 2016, p.53-54). Rosa Maria Bueno Fischer (*apud* REGINATO, 2016, p.44) ainda afirma que a imprensa tem um papel pedagógico, pois ensina modos de ser e estar e orienta as ações dos indivíduos dentro do espaço social.

Embora não se limite apenas ao jornalismo, o discurso dominante e as suas pré-concepções, que podem-se fazer presentes nas notícias e textos jornalísticos, são capazes de naturalizar certos comportamentos nocivos e torná-los aceitáveis e normais, além de influenciar indivíduos através da forma que julga-se o outro por suas ações ou identidades. Isso pode ser visto quando se fala, por exemplo da violência contra a mulher, tema de interesse desta pesquisa. Em muitos casos, usa-se a desculpa de que esse tipo de atitude é inerente ao homem para justificar e minimizar o problema. Já a mulher é constantemente vista como responsável por essas ações, por tê-las provocado de uma maneira ou outra: seja pela a roupa que estava usando, pelo local onde estava, por estar sozinha, entre outros fatores.

Ao produzir notícias, “o jornalismo reforça uma temporalidade social, enquanto produtor de formas específicas de sociabilidade, pois faz uma reconstrução discursiva

do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas” (REGINATO, 2016, p.50). Com o seu alcance na sociedade e com o poder simbólico que possui, o jornalismo pode ajudar a legitimar esse tipo de pensamento e outros julgamentos morais. Por outro lado, também pode auxiliar a combatê-lo. Afinal, uma das suas finalidades é orientar a sociedade “nos vários espaços identitários de pertencimento através de mapas cognitivos de padrões de normalidade apresentados através de uma linguagem performativa” e esse poder pode ser usado de diferentes maneiras (REGINATO, 2016, p.54).

Durante os meados do século XIX, com o surgimento do jornalismo de informação, os jornalistas acreditavam na neutralidade e objetividade absoluta da profissão. A primeira teoria que explicava a construção das notícias, chamada de *teoria do espelho*, pregava a imparcialidade total e a noção de que o jornalista era um “comunicador desinteressado”, que buscava apenas procurar e informar a verdade sem interesses pessoais envolvidos (TRAQUINA, 2005). Entretanto, como apresenta Foucault (2012), o discurso é sempre impregnado por valores morais, principalmente do grupo social dominante que o utiliza como meio de perpetuar o seu poder. O jornalismo, como qualquer outro discurso, é permeado por ideologias e visões de mundo que são reproduzidas mesmo sem serem percebidas pelos profissionais:

Todo conhecimento social, e o jornalismo é um conhecimento social, envolve determinado ponto de vista sobre a História, sobre a sociedade e sobre a humanidade. E como humanidade e História são processos que estão em construção, naturalmente não existe um jornalismo puramente objetivo, ou seja, um jornalismo que seja absolutamente neutro. Isto não acontece por motivos de ordem psicológica, como dizem os manuais. Não é porque o indivíduo está psicologicamente envolvido com o fato, mas porque toda a forma de conhecimento pressupõe também um posicionamento do sujeito diante do objeto. Essa é a razão mais profunda porque o próprio jornalismo implica uma visão ideológica, implica um posicionamento ético e político sobre a realidade (MEDITSCH, 1992, p. 31-32, *apud* SILVA, 2010, p.35).

Os pensadores das teorias estruturalistas, como apresentadas por Traquina (2005), defendem que as notícias são um produto social resultado de vários fatores, como a organização burocrática, a estrutura dos valores notícias, a prática e a ideologia profissional dos jornalistas e o momento de construção da notícia, que acionam mapas culturais do mundo social durante a sua formulação. Para Traquina (2005, p.177), “os

‘mapas de significado’ incorporam e refletem os valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são mobilizados no processo de tornar-se um acontecimento inteligível”. É dessa forma que os chamados *media* podem reforçar os valores e ideologias dominantes dentro de uma sociedade, com os critérios de noticiabilidade apenas legitimando a estrutura de poder já definida. A teoria interacionista do jornalismo também acredita que as notícias são aliadas dos poderes dominantes, mas reconhece que ele pode ser um recurso para contestá-los e fazer justamente o contrário (TRAQUINA, 2005).

O jornalismo ainda é referência quando se procura saber mais sobre acontecimentos atuais, pois há muito tempo foi legitimado como um discurso com credibilidade para tratar desses assuntos. Ainda que ocorram casos recentes em que a imparcialidade dos jornalistas seja questionada, principalmente nos temas políticos, a imprensa continua sendo uma instituição social importante, que passa por transformações forçadas pela era digital. Considerando isso, é também relevante considerar e analisar os modos como as notícias são produzidas, desde os critérios de noticiabilidade, até os constrangimentos organizacionais que fazem parte desse processo (TRAQUINA, 2005). Afinal, esses fatores contribuem na maneira como um acontecimento é noticiado.

3.1.2 A construção da notícia

Os chamados critérios de noticiabilidade englobam um conjunto de valores-notícia que definem que tipo de acontecimento é relevante o suficiente para ser divulgado. De maneira simplificada, esses valores dizem respeito a algumas características que devem ser encontradas em cada fato para que ele se torne um acontecimento jornalístico próprio. Tais valores são tão difundidos no campo jornalístico que chegam até a ser esquematizados por órgãos públicos como o Senado Federal. O setor de comunicação do órgão, por exemplo, aponta os critérios de importância para uma notícia como sendo: o **ineditismo** (quanto mais inédito, mais importante), a **probabilidade** (fatos improváveis ganham preferência), o **interesse** (a quantidade de pessoas afetadas pelo fato), o **apelo** e a **empatia** (quanto mais despertar a curiosidade

ou empatia, melhor) e, por último, a **proximidade** (fatos mais próximos geograficamente são priorizados)¹⁴.

Valores notícia como esses e similares se espalham por diversas redações e são conceituados por vários autores. Eles são determinantes do conteúdo dos veículos jornalísticos. Um fato do cotidiano somente terá espaço no jornalismo se atender um ou mais desses critérios, sempre priorizando conseguir a atenção da maior quantidade de leitores possíveis. Acontecimentos chocantes e inesperados, que ao mesmo tempo despertam o interesse do público e que apelam para o emocional e a empatia dos mesmos, são amplamente divulgados por jornalistas. Casos de violência, por sua brutalidade e pelo fator de choque que possuem, encaixam-se principalmente dentro desses critérios e, por isso, tornam-se notícia tão frequentemente.

Entretanto, esse processo é também influenciado por fatores externos além desses critérios, como questões econômicas, ideológicas e culturais (MOREIRA, 2006). É necessário considerar-se a política editorial de cada jornal e que tipos de notícias são priorizadas na empresa jornalística. De acordo com Bruck (2011), todo o jornalista é “socializado” dentro da política editorial da organização para qual trabalha, conformando-se à mesma e adaptando-se, em vez de priorizar as suas próprias crenças pessoais. Ainda de acordo com o autor, esse processo é realizado paulatinamente, através de recompensas e punições, para que o jornalista aprenda como deve trabalhar em concordância com os interesses do patrão. Esse tipo de teoria aponta principalmente a importância da questão econômica no campo jornalístico (VIZEU, 2003): a notícia deve sempre satisfazer as exigências do público e atraí-lo cada vez mais para o veículo, prezando a compra de jornais ou a obtenção de cliques. Não somente isso, a mídia pode também ser vista como um instrumento político:

Na versão da esquerda, a mídia noticiosa é concebida como um instrumento que ajuda a manter o sistema capitalista; na versão da direita, que põe em causa o capitalismo. Nas duas versões, as notícias são distorções sistemáticas, que servem a interesses sociais bem específicos, que usam as notícias na projeção da sua visão do mundo. (VIZEU, 2003, p.8)

¹⁴ <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/valor-noticia>. Acessado em: 27 de abril de 2020.

Os limites de tempo e as *deadlines* curtas, as rotinas de trabalho já estabelecidas, que demandam agilidade, e as normas e interesses da organização em que o jornalista se encontra, entre outros aspectos, são determinantes no modo como as notícias são construídas. Desde a escolha do fato que se tornará notícia até o enquadramento escolhido e a sua posterior divulgação, diversos fatores influenciam esse processo e modelam a narrativa jornalística. Embora cada indivíduo irá interpretá-la da sua maneira, através das suas próprias experiências pessoais e mapas conceituais, é possível, até certo ponto, guiar e *sugerir* ao leitor a interpretação desejada pelo veículo através da maneira como se escreve. Apesar das muitas nuances e dificuldades dentro desse campo profissional, deve-se também lembrar que todos os jornalistas:

[...] detêm responsabilidades e deveres no que tange a sociedade, como levar a informação ao público baseada na verdade e na justiça para com o cidadão, além de revelar as desigualdades enfrentadas (TORQUATTO, 2017, p.9).

O jornalista também deve ter como objetivo a orientação da opinião pública em prol do bem comum e:

[...] deve cumprir esse papel por ser uma “atividade social por excelência” (BELTRÃO, 1980a, p. 13), que não se dirige a um indivíduo ou grupo determinado, mas a toda a sociedade, e que vem historicamente atendendo a função de difundir informações a coletividades cada vez maiores, dedicadas a múltiplos afazeres. Por causa de sua difusão coletiva, o jornalismo teria, ainda, conforme Beltrão, a função de instrumento público. (REGINATO, 2016, p.36)

É a partir da compreensão de como funciona o trabalho desses profissionais e a relevância que possuem em uma sociedade que podemos analisar de que maneira eles podem ser responsáveis por reproduzir o discurso machista em suas construções de casos de violência contra a mulher. O jornalista possui um papel fundamental na consolidação de certos pensamentos e deve levar em conta o seu dever social, de pensar no que é melhor para os cidadãos e a sociedade como um todo. Como diz Traquina (2005), o jornalismo é muito mais do que apenas um conjunto de técnicas, mas uma das profissões com maior responsabilidade social dentro de uma democracia.

Por esse motivo, cabe discutir como o jornalismo se relaciona com os conceitos de representação.

3.2 Representações sociais

A representação é uma parte essencial do processo de construção e troca de significados entre indivíduos de uma mesma cultura, sendo a linguagem o instrumento responsável pela produção desses sentidos (HALL, 2016). Como explica Hall (2016), esses significados são construídos dependendo do sistema de conceitos e imagens que possuímos – é o chamado “mapa conceitual”, que é responsável pela maneira como enxergamos o mundo. Eles podem variar de pessoa para pessoa, mas é o compartilhamento desses mapas entre membros de uma mesma sociedade que torna possível a comunicação entre eles. É por isso que a cultura pode ser definida justamente como a partilha de sentidos e mapas conceituais entre os indivíduos (DU GAY et al., 1997 *apud* HALL, 2016).

Dentro do processo de significação na cultura, dois diferentes sistemas de representação se relacionam:

O primeiro nos permite dar sentido ao mundo por meio da construção de um conjunto de correspondências, ou de uma cadeia de equivalências, entre as coisas – pessoas, objetos, acontecimentos, ideias abstratas etc. – e o nosso sistema de conceitos, os nossos mapas conceituais. O segundo depende da construção de um conjunto de correspondências entre esse nosso mapa conceitual e um conjunto de signos, dispostos ou organizados em diversas linguagens, que indicam ou representam aqueles conceitos. A relação entre “coisas”, conceitos e signos se situa, assim, no cerne da produção do sentido na linguagem, fazendo do processo que liga esses três elementos o que chamamos de “representação”. (HALL, 2016, p.38)

Dessa forma, a comunicação efetiva e a troca de sentidos entre sujeitos só pode ocorrer se compartilham mapas conceituais similares, para que interpretem os signos evocados de maneiras similares (HALL, 2016). “O sentido é construído pelo sistema de representação” (HALL, 2016, p.42) e não é natural e tão pouco imutável. A “tradutibilidade” é construída dentro da cultura através do compartilhamento do mesmo universo conceitual e linguístico (HALL, 2016) e, assim, os sentidos mudam de acordo

com a cultura e com o tempo no qual estão inseridos. Pode-se até dizer que os sentidos que são transmitidos através do mapa conceitual dividido por membros de uma mesma cultura são reflexos das ideologias dominantes na época, com todos os pré-conceitos e estereótipos que as constituem. Portanto, nenhum sentido construído é fixo na natureza, mas sim são construções sociais e culturais capazes de se transformar. E a linguagem, um fenômeno social (SAUSSURE *apud* HALL, 2016) e coletivo, é o meio com o qual esses sentidos são construídos.

3.2.1 Identidade e diferença

De acordo com Silva (2000), tanto a identidade como a diferença são muitas vezes vistas como auto referenciadas, ou seja, como se simplesmente existissem e fossem inerentes às pessoas, imutáveis e independentes de qualquer ação externa. Entretanto, para o autor, a identidade e a diferença são fortemente ligadas, uma não podendo existir sem a outra. Além disso, elas são resultados de uma “criação linguística”, e não elementos essenciais ou naturais de um indivíduo:

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2010, p.76)

Novamente, a linguagem tem o poder de construir identidades e diferenças entre pessoas, ao mesmo tempo em que as torna naturais ao apagar o fato de que são meras produções. Contudo, essa linguagem é também uma estrutura não muito segura, que por sua vez marca essas identidades e diferenças com a sua instabilidade (SILVA, 2000). Além disso, elas não são inocentes e são sempre impostas aos indivíduos, estando envolvidas na disputa por recursos simbólicos e de poder dentro da sociedade: “a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e linguística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder” (SILVA, 2000, p.81).

Para Silva (2000), as oposições binárias e polarizadas como de gênero são as mais importantes formas de classificação. Um desses termos sempre irá ser visto de forma positiva (homem), enquanto o outro recebe uma conotação negativa (mulher). O poder desse binarismo de produzir a desigualdade torna-se naturalizado e nem sempre pode ser facilmente notado:

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger arbitrariamente uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. (SILVA, 2000, p.83)

Essa normalização de uma certa identidade dentro de uma sociedade é feita principalmente através de discursos que transformam essas diferenças inerentemente culturais e sociais em algo biológico, como se fosse advindo da natureza e que seria, portanto, inalterável:

Basear a inferiorização das mulheres ou de certos grupos "raciais" ou étnicos nalguma suposta característica natural ou biológica não é simplesmente um erro "científico", mas a demonstração da imposição de uma eloquente grade cultural sobre uma natureza que, em si mesma, é - culturalmente falando - silenciosa. As chamadas interpretações biológicas são, antes de serem biológicas, interpretações, isto é, elas não são mais do que a imposição de uma matriz de significação sobre uma matéria que, sem elas, não têm qualquer significado. Todos os essencialismos são, assim, culturais. Todos os essencialismos nascem do movimento de fixação que caracteriza o processo de produção da identidade e da diferença. (SILVA, 2000, p.86)

Essa identidade 'normal' tem uma grande força homogeneizadora dentro da sociedade, mas, enquanto existem processos que tentam estabilizar essa identidade, sempre haverá também processos no movimento contrário, tentando subvertê-la (SILVA, 2000). As teorias feministas que questionam a divisão biológica de gêneros são exemplos de uma tentativa de fazer justamente isso, ao chamar atenção para o caráter

social e cultural do feminino e do masculino. Ao questionar a identidade e a diferença, questiona-se também as representações e, principalmente, o discurso e a ideologia dominante em uma sociedade dentro do período em que se encontra.

3.2.2 Tipificações e estereotipagem

O jornalismo encontra-se em uma posição única, sendo capaz de tanto reforçar quanto quebrar pré-concepções que habitam o imaginário coletivo da sociedade. Esses chamados estereótipos não são inofensivos, pois em muitos casos ditam a maneira como alguém deve agir dentro da sociedade. Para Hall (2016), a representação é uma importante fonte de produção do *entendimento* social. Ou seja, a linguagem e o discurso têm também o poder de afetar as vidas das pessoas e as relações entre os indivíduos de uma cultura. Como explicado no capítulo anterior, a ideia binária de gênero que se baseia no biológico como justificativa para a diferenciação traz junto consigo os estereótipos femininos e masculinos que ainda afetam as interações e relações em sociedade. Esses estereótipos são resultados da propagação e imposição de uma visão de mundo e realidade escolhida pelos grupos dominantes, internalizados pelos indivíduos que aceitam certos valores e julgamentos como naturais (BIROLI, 2011).

Como afirma Biroli (2011, p.73-74), “a visão tipificada da realidade social, e especialmente os estereótipos dos grupos e indivíduos desigualmente posicionados em uma dada ordem social, participaria da naturalização dos arranjos e hierarquias existentes e da contenção da crítica a eles”. Esses estereótipos são reducionistas, apresentando algumas características simples e essenciais como fixas por natureza (HALL, 2016). Eles possuem carga ideológica, que tem influência direta nas relações de poder dentro de uma sociedade, tanto para fazer a sua manutenção quanto para enfraquecê-los. Os estereótipos são apenas uma visão da realidade, mas têm efeitos reais quando essas visões parciais e incorretas são tomadas como fatos universais (BIROLI, 2011). Quando se fala de gênero, Biroli (2011) afirma que esses pré-conceitos definem o papel das mulheres e dos homens em um relacionamento, que influenciam e

contaminam as esferas pública e política. Os estereótipos no geral, independentemente de raça, de classe ou de gênero, são construções cruéis:

Estes se apossam das poucas características "simples, vívidas, memoráveis, facilmente compreendidas e amplamente reconhecidas" sobre uma pessoa; tudo sobre ela é *reduzido* a esses traços que são, depois, *exagerados* e *simplificados*. [...] Então, o primeiro ponto é que *a estereotipagem reduz, essencializa, naturaliza e fixa a "diferença"*. Em segundo lugar, a estereotipagem implanta uma estratégia de "*cisão*", que divide o normal e aceitável do anormal e inaceitável. Em seguida, exclui ou *expele* tudo o que não cabe, o que é diferente. (HALL, 2016, p.191)

A estereotipagem faz parte do sistema de manutenção da ordem social dominante e tende a ocorrer onde há desigualdades de poder (HALL, 2016). Esse poder simbólico, que é capaz de representar pessoas de uma certa maneira, é exercitado "através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica" (HALL, 2016, p.193). A sua repetição constante na mídia também é um dos fatores que auxilia o fortalecimento desses estereótipos. A maneira como o jornalismo descreve uma pessoa ou acontecimento, por mais simples que pareça, pode contribuir com sentidos negativos atribuídos a uma identidade:

Em geral, ao dizer algo sobre certas características identitárias de algum grupo cultural, achamos que estamos simplesmente descrevendo uma situação existente, um "fato" do mundo social. O que esquecemos é que aquilo que dizemos faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que supostamente apenas estamos descrevendo. (SILVA, 2000, p.93)

A escolha dessas narrativas tipificadas muitas vezes vem da maneira que os jornalistas são ensinados a produzir notícias. Lidando com limites de tempo e um conjunto de técnicas cristalizadas, entre outros fatores, os jornalistas acabam sendo induzidos a evocar imagens simplificadas para construir atalhos cognitivos com os quais orienta-se a leitura para que o receptor possa compreender uma realidade que é naturalmente complexa (BIROLI, 2011).

O jornalismo é um "lugar de circulação e produção de sentidos" (BENETTI, 2006, p.2) e todo discurso é "opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de

interpretação e, no limite, indomável” (BENETTI, 2006, p.3). Os processos sociais e históricos que influenciam a construção da notícia podem não ser visíveis para os jornalistas e leitores, mas sempre encontram-se presentes:

Se as notícias publicadas trazem na sua constituição textual traços histórico-sociais, e isso faz parte dos processos de significação, é porque linguagem e história se constituem mutuamente e os sentidos precisam ser pensados na sua historicidade. Os sentidos não estão presos ao texto nem emanam do sujeito que lê, ao contrário eles resultam de um processo de interação texto/leitor. (BENETTI, 2006, p.4)

O jornalismo produz, reproduz e recria conhecimento (BENETTI, 2006). Assim como os discursos mudam ao longo do tempo, o jornalismo deve também adaptar-se às mudanças na sociedade e, por vezes, pode até mesmo encabeçar o processo de mudança de paradigmas que não são mais adequados ao tempo em que vivemos. Para se fazer jornalismo de qualidade, relevante para a sociedade e sem perpetuar estereótipos e pré-conceitos, é preciso a constante avaliação e reflexão sobre o fazer jornalístico. A repetição de sentidos já cristalizados pode e deve ser questionada, pois é na interrupção que temos o potencial de instaurar novas identidades que não reproduzam as relações de poderes existentes e, assim, chegar a uma sociedade mais igual (SILVA, 2000). No capítulo que segue, serão apresentadas a metodologia e análise do objeto de estudo, a fim de contribuir para essa discussão.

4 METODOLOGIA: A ANÁLISE DO DISCURSO E O R7

Neste capítulo, serão apresentados a análise de discurso como metodologia de pesquisa e os conceitos mobilizados para examinar o corpus desta monografia. Os principais autores utilizados são Benetti (2007, 2016), Orlandi (2015) e Foucault (2012). Serão abordados os conceitos de interdiscurso, formação discursiva e paráfrase, utilizados para a análise das notícias de violência doméstica para responder o problema de pesquisa desta monografia: como as mulheres vítimas de violência doméstica estão sendo representadas no jornalismo produzido pelo portal R7. Ainda neste capítulo, o portal R7, como o objeto escolhido para este trabalho, será apresentado desde a sua origem e organização, até obter o alcance que possui hoje no território nacional. Por fim, será apresentado o corpus e também explicado como foi realizada a análise, que será exposta no próximo capítulo.

4.1 Análise de discurso (AD)

O discurso como foco de análise de pesquisa é compreendido como algo além das palavras em si (sejam elas escritas ou faladas), ele diz respeito às significações que elas podem trazer. Com a AD, pensamos na relação do texto com sua exterioridade e examinamos o objeto de análise para buscar os sentidos produzidos por ele (BENETTI, 2016). Afinal, a linguagem serve como meio entre o homem e a realidade social e ela está relacionada com a ideologia (ORLANDI, 2015). As palavras carregam diferentes sentidos, os quais podem mudar de acordo com a interpretação de cada sujeito, que, por sua vez, é constituído pela cultura e pelo meio em que vive. Os sentidos podem também mudar de acordo com a época, pois eles não são fixos ou imutáveis.

Por isso, deve-se sempre considerar o contexto de produção e pensar o discurso com relação ao momento em que foi produzido. “Os sentidos são condicionados pelo modo com que os discursos se inscrevem na língua e na história, conseguindo assim, significar” (PATRIOTA; TURTON, 2004, p.15).

Ao longo do tempo, o discurso se modifica junto com a sociedade e carrega características das classes dominantes do período em que é produzido. Ou seja, os sentidos não estão presos ao texto em si, mas dependem de fatores exteriores a ele. Para Orlandi (2015), ao examinar o texto com o olhar de um analista de discurso, tentamos compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos. Além disso, o discurso é uma prática, porque se constitui no espaço entre os interlocutores e só existe entre os sujeitos, como explica Benetti (2016, p. 238): “O leitor não interage ‘com o texto’ e sim com outro sujeito”.

O jornalismo, como visto anteriormente, tem também suas próprias características de produção, além de condições específicas de circulação e interpretação (BENETTI, 2008). Apesar da busca pela objetividade e neutralidade, os jornalistas, como seres sociais, têm também a sua fala influenciada por condições histórico-culturais e pela ideologia (BENETTI, 2016). Além disso, o discurso jornalístico será sempre permeado por outros discursos, seja das fontes que são ouvidas, seja da empresa jornalística, entre muitos outros, e, por isso, se caracteriza como interdiscursivo. O jornalismo, como efeito e produtor de sentidos, pode no máximo tentar direcionar a leitura a um certo sentido, mas não há garantias que o leitor irá interpretar o texto de maneira desejada (BENETTI, 2007). Na interação entre interlocutores, não é possível a transmissão pura de informação sem interferências, e, por isso, o discurso nunca está totalmente sob controle. “Temos aqui uma distinção conceitual importante para a AD, entre o leitor real (que efetivamente se apropria do texto e lhe confere sentidos) e o leitor imaginado ou virtual (aquele para quem o texto foi idealmente orientado no momento de sua produção)” (BENETTI, 2016, p. 238).

Portanto, para a AD, as palavras em si não têm um sentido único, pois os sentidos derivam das formações discursivas e ideológicas nas quais se inscrevem (ORLANDI, 2015). Benetti (2016, p. 239) também aponta esse fato ao dizer que “não existe um sentido literal residindo no texto. Existe uma materialidade textual que carrega sentidos potenciais, e os sentidos são produzidos na relação intersubjetiva”.

4.1.1 Discurso e poder

Para o filósofo e teórico social francês Michel Foucault, os discursos que se propagam na sociedade servem como meio de reforço de certos estereótipos dominantes e para acionar julgamentos sociais baseados em pré-conceitos. Em sua aula inaugural no Collège de France em 1970, Foucault (2012) demonstra como o discurso pode validar certas concepções em uma sociedade de acordo com o seu período histórico. Para ele, o discurso pode reproduzir e perpetuar valores e é também através do mesmo que se exerce o poder simbólico. De acordo com Foucault (2012, p.10), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”. O discurso é ferramenta de coerção, que controla e valida o poder e pensamentos da classe dominante dentro do seu período histórico. Ele é também um sistema de representação (HALL, 2016), que regula a conduta social dos indivíduos. A escolha de palavras e maneiras como relatamos um acontecimento ou opinião nunca é inocente, e as concepções sociais que estão embutidas na mesma não são transparentes. Como diz Orlandi (2015, p. 42), “o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”. As formações ideológicas estão sempre relacionadas a formações discursivas, que determinam o que pode e o que não pode ser dito. Ainda nas palavras de Orlandi (2015), somos afetados pela ideologia justamente porque a esquecemos, sempre retornando a sentidos que já existiam anteriormente sem perceber.

Como aponta Brandão (2015), o discurso para Foucault é uma rede de signos que se conecta com outros discursos para reproduzir e estabelecer os valores dominantes na sociedade em um certo período de tempo. Ele é persuasivo, dotado de signos que tentam se firmar como sinônimo de “toda a verdade”, usando recursos retóricos para confirmar comportamentos já dominantes (CITELLI, 2002). O discurso não tem um significado simples, mas é sim um instrumento que estrutura o nosso imaginário social (BRANDÃO, 2015). Para Orlandi (2015), a ideologia é um mecanismo estruturante do processo de significação, que trabalha justamente com a memória e o esquecimento, pois dependem das projeções inscritas na sociedade para o discurso funcionar.

4.1.2 Principais conceitos da AD

Um dos principais conceitos da análise de discurso é o de formação discursiva (FD): definida por Michel Pêcheux, como lembra Benetti (2007), como uma região de sentidos que define o que pode e deve ser dito (BENETTI, 2007). Cada FD sempre corresponderá a uma ideologia de acordo com o sujeito que a enuncia (BENETTI, 2016). O interdiscurso é também um dos conceitos abordados pela análise de discurso que será utilizado neste trabalho. Ele se refere a “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2015, p. 33). Para Benetti (2016), todo o discurso é composto e influenciado por discursos já ditos em outros lugares, incorporando elementos que são exteriores ao mesmo. O discurso jornalístico, por exemplo, é repleto de outros discursos, relacionados à temática que está sendo tratada, às fontes que são ouvidas, ou a determinações editoriais da própria empresa jornalística, por exemplo.

Em relação aos discursos dominantes na sociedade em um determinado período de tempo, os sentidos ligados a essas ideologias aparecem nas mais diversas mídias e textos, movimento que contribui para a sua solidificação. Orlandi (2015) também afirma que, muitas vezes, o acionamento dessa rede de sentidos pré-existente é inconsciente, o que torna a análise para se chegar nela ainda mais importante.

Junto com o conceito de interdiscursividade, pode se falar de paráfrase discursiva, ou seja, de repetição de sentidos em um discurso. É um movimento de “retorno aos mesmos espaços de dizer” (ORLANDI, 2015, p. 36). Por esse motivo, a paráfrase trabalha para a estabilização e sedimentação de sentidos dentro da sociedade, através da sua naturalização. Para a análise de discurso, o conceito é extremamente relevante, “porque permite mapear e analisar os sentidos hegemônicos de certos discursos” (BENETTI, 2016, p. 242). Como diz Orlandi (2015), é a repetição que sustenta esses sentidos e os fortalece. Sem a repetição, eles não existiriam. A paráfrase busca uma homogeneidade discursiva e é “um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 2004, p.48). Sendo assim, a

paráfrase fortalece o discurso dominante, para legitimar o *status quo* da sociedade e dificultar o seu questionamento.

Para esta pesquisa, serão utilizados principalmente esses dois conceitos para examinar o corpus, retornando também aos conceitos de gênero, machismo e jornalismo que foram abordados nos capítulos anteriores. Benetti (2007) diz que, para o jornalismo, a AD é interessante para a análise de vozes e de sentidos. Nesta pesquisa, a proposta é identificar os sentidos presentes nas notícias do portal R7 sobre as mulheres vítimas de violência doméstica e, dessa forma, perceber como elas estão sendo representadas. Para fazer a análise, como explica Benetti (2007), o analista do discurso deve perceber as marcas de paráfrases em um (ou vários) textos, tentando identificar sentidos que se repetem. Os núcleos de sentidos identificados serão determinantes para enxergar as formações discursivas presentes nesses textos.

A AD busca compreender como um discurso funciona, ou seja, que sentidos estão sendo produzidos, quem são os sujeitos que falam e que posições eles ocupam para enunciar, para quem esses sujeitos estão falando, como os diversos discursos estão sendo articulados, quais são os modos de controle do poder-dizer. É fácil perceber o quanto a vida cotidiana está impregnada de discursos, e o quanto a pesquisa em Comunicação ainda tem a fazer sobre isso – seja sobre o que é veiculado nas mídias tradicionais, seja sobre o que é produzido pelas organizações, seja sobre as escritas sociais que nos gritam seus sentidos. (BENETTI, 2016, p.252)

Ao identificar essas marcas discursivas de sentidos, o analista destaca sequências discursivas (SDs) – ou trechos dos textos – que contém essas marcas e irão ajudar a evidenciar as FDs encontradas. O foco aqui é analisar quais sentidos relacionados ao problema de pesquisa que estão presentes no discurso jornalístico de um dos canais de mídia mais conhecidos no território brasileiro, apresentado na seção a seguir.

4.2 Objeto - R7

O portal R7 pertence à rede Record e foi criado em 2009 para oferecer conteúdo nas áreas de notícia e entretenimento online. Com investimento estimado de R\$ 300

milhões, o site começou com uma equipe de 300 funcionários¹⁵, que continuou crescendo desde então. A aposta anunciada pelo grupo para se destacar entre os diversos sites de notícia disponíveis no país, desde o início, foi a interatividade com os usuários através de diferentes métodos que promovem o seu engajamento. A Rede Record foi também uma das pioneiras no uso de *crossmedia* entre os seus veículos, processo do qual o R7 faz parte, através da distribuição de notícias e conteúdos em diferentes meios pertencentes ao grupo. Além de texto, vídeos e áudios são frequentemente utilizados nas notícias divulgadas dentro do portal, facilitando a inclusão e divulgação da informação aos mais diversos grupos. O leitor pode optar pelo seu meio preferido para obter a mesma informação.

Todo os conteúdos são produzidos de acordo com as particularidades das plataformas em que serão divulgados, com o objetivo de conquistar mais público. Durante a pandemia, entre os meses de março e abril, os acessos ao portal cresceram em cerca de 40%¹⁶, com mais de 76 milhões de usuários ao mês. De acordo com a diretora executiva de Multiplataforma da Record, Cláudia Caliente, o público encontra-se mais conectado durante o período de confinamento, o que acabou gerando mais interações do público com os produtos da rede em seus diversos formatos e plataformas. Matéria divulgada no site do Correio do Povo ainda afirma que o tráfego direto no portal aumento em 50% e que o tempo gasto dentro do mesmo cresceu 10%.

Levantamento realizado pelo ComScore em 2019¹⁷ sobre os 10 maiores sites da internet brasileira aponta o portal como o quinto maior site no país com 49,7 milhões de visitantes únicos, ficando até mesmo na frente do portal da Globo, um dos seus concorrentes. De acordo com dados do mesmo instituto de 2020¹⁸, o R7 chegou a ter mais de 76 milhões acessos únicos no mês de março. Esse foi o número mais alto alcançado no primeiro semestre do ano, com a curva seguindo mais estabilizada nos meses que seguiram. Em junho de 2020, o portal foi o nono com maior número de

¹⁵ <https://pt.wikipedia.org/wiki/R7>. Acesso em 17 de junho de 2020.

¹⁶ <https://www.correiodopovo.com.br/arteagenda/record-comemora-o-sucesso-nas-multiplataformas-1.448565>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

¹⁷ <https://www.proxima.com.br/home/proxima/noticias/2013/11/05/ranking-comscore-as-10-maiores-audi-ncias-da-internet-brasileira-em-n-mero-de-visitantes-nicos.html>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

¹⁸ <https://www.comscore.com/por/Insights/Rankings-do-Mercado>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

acessos, atrás dos sites do *Google*, *Facebook*, UOL, Globo, sites da Microsoft, B2W Digital, Caixa e Mercado Livre, com 74.404 visitantes únicos.

O portal traz conteúdo da Rede Record, da Record News e suas afiliadas, através de um sistema de curadoria própria das redes sociais mais utilizadas pelo seu público. O R7 frequentemente usa técnicas transmídias, utilizando meios diferentes sobre um mesmo tema. Ele também conta com um time de blogueiros, que vão desde jornalistas até artistas e cantores que discutem diferentes tópicos e áreas. Atualmente, o site encontra-se dividido entre as seguintes editorias e subeditorias:

1. JR 24H: Política, Economia, Economize, Internacional, Resumo R7, Tecnologia & Ciência, Saúde, Cidades, Agronegócio, Educação, Hora 7, Carros, Previsão Do Tempo, Brasil, São Paulo, Distrito Federal, Rio De Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco;
2. Entretenimento: Home, Cinema E Séries, Estrelando, Famosos E Tv, Games, Música, Vagalume, Viagens, Vírgula;
3. Lifestyle: Home, Beleza, Bem-estar, Bichos, Casa E Decoração, Comidas, Dietas, Filhos, Moda;
4. Vartz;
5. Esportes: Home, Automobilismo, E-sports, Esportes Olímpicos, Fora De Jogo, Futebol, Lance, Mais Esportes;
6. Blogs: Notícias, Esportes, Entretenimento, Lifestyle;
7. Record Tv;
8. +R7.

As notícias de caráter *hard news* encontram-se principalmente nas diferentes subseções do JR 24H. Não há uma editoria específica para crimes em geral ou para violência de gênero sinalizada na barra superior do site junto com as categorias previamente citadas aqui. Somente após uma pesquisa mais detalhada foi encontrada uma página¹⁹ que reúne todos os casos e informações publicadas dentro da seção de notícias do portal relacionadas à violência contra a mulher. Casos do gênero são noticiados em diferentes editorias, de acordo com as suas especificidades.

¹⁹ <https://noticias.r7.com/cidades/violencia-contr-a-mulher>. Acesso em 31 agosto de 2020.

Durante a pandemia do Coronavírus no início de 2020, o portal ainda contou com uma categoria específica para notícias relacionadas ao assunto, que foi colocada em destaque na barra superior do site. Na sua página inicial, com o *layout* atual, são mostradas cerca de 25 notícias em destaque, sem muita diferenciação entre o tipo de conteúdo e as editorias às quais pertencem, o que poderia tornar sua identificação mais fácil. Já na parte inferior do site, são mostradas as principais matérias de cada uma das editorias do portal, sendo o JR 24H a primeira a ser apresentada.

O dia de lançamento do R7 foi 27 de setembro de 2009, no aniversário de 56 anos da emissora²⁰ e, no final daquele mesmo ano, o site recebeu o prêmio Top Empreendedor 2009. Com o passar do tempo, páginas exclusivas foram sendo criadas para alguns estados, começando pelo Rio de Janeiro em 2010, seguido pelo Distrito Federal e Minas Gerais em 2012. Atualmente, São Paulo e Pernambuco são os outros dois estados que também contam com páginas e editorias exclusivas dentro do portal.

Em fevereiro de 2013, o R7 se consolidou como o terceiro maior portal horizontal de conteúdo do Brasil, apesar de existir por apenas três anos e cinco meses²¹, como aponta a página sobre a história do portal. Em 2014, ele ultrapassou pela primeira vez o marco de 50 milhões de visitantes únicos²², conseguindo uma vantagem de 2,6 milhões em relação ao concorrente Globo.com. O site Revelo aponta também que a diferença para o UOL, líder do segmento na época, caiu de 7,5 milhões para 4,4 milhões, chegando a reduzir em 62% em um recorde histórico.²³ Dados do Ibope/Nielsen apontam que, de 2009 até o final de 2013, o site cresceu 7.538%. Já de 2013 em relação a 2012, o crescimento foi de 39,59%²⁴. Ainda de acordo com Revelo, o portal produz cerca de 1.200 notícias e 500 vídeos diariamente.

O R7 conta com aproximadamente 500 profissionais atualmente e é responsável pelos conteúdos transmídia da Rede Record e da Record News²⁵. O portal, assim como a Record TV, pertence ao empresário e pastor da Igreja Universal do Reino de Deus Edir Macedo. Dados do Ibope de 2019 apontam que 53% do público da emissora

²⁰ <http://www.r7.com/institucional/historia-do-r7>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²¹ <http://www.r7.com/institucional/historia-do-r7>. Acesso em: 26 de agosto de 2020.

²² http://www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/66406/r7com+ultrapassa+a+marca+de+50+milhoes+de+visitantes+unicos+segundo+a+comscore. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²³ <https://www.revelo.com.br/empresas/r7-com>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/R7>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²⁵ <https://www.linkedin.com/company/r7-com/about/>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

encontra-se entre as classes AB e C1, as preferidas para publicidade, de acordo com o repórter especial e crítico Mauricio Stycer em seu blog no site UOL²⁶. Com relação ao R7, uma pesquisa de 2014 da Secom (Secretaria de Comunicação Social), do Governo Federal, já apontava o portal como uma das principais fontes de informação no Brasil, que ficou em sétimo lugar no ranking de sites preferidos pelos brasileiros, citado por 2,7% dos internautas.²⁷

No ano de 2018, durante a época das eleições, o portal possuía a mesma direção de jornalismo da RecordTV, que enfrentou críticas devido ao seu posicionamento favorável ao então candidato Jair Bolsonaro²⁸. Após o dono da emissora demonstrar publicamente o seu apoio ao presidencialista, reportagens negativas relacionadas ao político chegaram a ser vetadas e o seu espaço na programação foi ampliado, como aponta o repórter da Folha de São Paulo, Gustavo Fioratti, após investigação sobre as acusações e as atitudes da rede relacionadas ao assunto. No início deste ano, a Record divulgou que as redações de jornalismo da televisão, da internet e do próprio R7 passariam a ter um comando unificado, que foi assumido por Thiago Contreira, diretor de conteúdo do jornalismo²⁹. De acordo com o vice-presidente de Jornalismo, Antonio Guerreiro, a unificação das redações era o próximo passo a ser tomado devido à natureza multiplataforma da emissora.

4.3 Procedimentos metodológicos

Para a definição do corpus da pesquisa, foi escolhida a página do portal R7 que agrupa as diversas notícias relacionadas à violência contra a mulher. As matérias passaram a ser ali publicadas em 2010. Como o discurso depende das condições de produção situacionais e se modifica ao longo do tempo, refletindo as características da sociedade da época que faz parte (BENETTI, 2008), optou-se por escolher um período

²⁶ <https://tvefamosos.uol.com.br/blog/mauriciostycer/2019/02/04/publico-do-sbt-e-o-mais-familia-o-da-globo-e-da-record-tem-mais-recursos/>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²⁷ <https://noticias.r7.com/brasil/jornal-da-record-e-r7-aparecem-entre-os-preferidos-do-publico-em-pesquisa-do-governo-07032014>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²⁸ https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/record-amplia-visibilidade-de-bolsonaro-e-evita-criticas-ao-presidencialista.shtml?origin=facebook#__=. Acesso em: 17 de junho de 2020.

²⁹ <https://recordtv.r7.com/record-tv-informa-que-as-redacoes-de-jornalismo-foram-unificadas-11032020>. Acesso em: 17 de junho de 2020.

específico para análise. Levando em conta o dado que foi previamente apresentado sobre aumento do tráfego no portal durante o início do confinamento e os dados da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres³⁰ que apontam que as denúncias de violência doméstica aumentaram em 17% durante a quarentena, foi escolhido janeiro 2020 como o primeiro mês para a coleta de notícias que formariam o corpus. Dessa maneira, será incluído o início do período de isolamento social e os meses que antecederam, com o propósito de comparação.

Dentre todas as postagens que são listadas na página, foram então selecionadas somente as que se referiam a algum tipo de violência doméstica, envolvendo parceiros românticos, sejam atuais ou passados, ou familiares da vítima. 43 notícias sobre o tema de violência contra a mulher foram divulgadas no portal desde janeiro de 2020 até o final de agosto, sendo que 15 falavam sobre violência doméstica em específico, enquanto outras apresentavam casos que não se encaixavam nessa categoria ou dados e panoramas gerais da violência contra a mulher no Brasil. Para compor um corpus mais expressivo, devido ao pequeno número de matérias que foram publicadas nessa página, foram selecionadas as notícias divulgadas entre esses oito meses, chegando a um total de 5 casos, que serão apresentados no capítulo seguinte. Para esta pesquisa, serão analisadas apenas as matérias feitas especificamente para o R7 e que utilizem o texto para transmitir a informação. Sendo assim, as notícias de caráter audiovisuais foram deixadas fora do corpus.

Os casos reportados foram examinados individualmente para a seleção de sequências discursivas (SDs) que fossem relevantes para a análise proposta. Através disso, foram delineadas e identificadas as formações discursivas (FDs) relacionadas às ideologias e conceitos abordados nos capítulos anteriores, principalmente com relação ao gênero e o machismo. De acordo com Orlandi (2015):

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura. (ORLANDI, 2015, p.63)

³⁰ <https://noticias.r7.com/saude/coronavirus/sem-lugar-seguro-quarentena-expoe-crise-de-violencia-domestica-no-pais-01042020>. Acesso em: 31 de agosto de 2020.

Foi buscado dentro das notícias o uso de paráfrases e do interdiscurso na representação das vítimas dessa violência, a fim de determinar que sentidos são frequentemente atribuídos a elas e mostrar como esses discursos funcionam como produtores de sentidos (ORLANDI, 2015). E, por último, foi analisado em que local esse tipo de conteúdo é predominantemente divulgado, entre as diferentes editorias do R7 e canais da rede. A escolha das notícias que compõe o corpus e o seu teor serão explicados de maneira mais aprofundada no capítulo que segue.

5 ANÁLISE E RESULTADOS: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NO PORTAL R7

Neste capítulo serão apresentados os resultados da análise do material coletado no portal R7 com relação à violência doméstica dentro do período determinado para a pesquisa. Em um primeiro momento, será explicado como se chegou ao corpus, ou seja, às notícias que serão utilizadas para a análise. Depois, serão identificados e comentados quais sentidos sobre a violência doméstica estão presentes nessas notícias e como as mulheres acabam sendo representadas nas mesmas.

5.1 Procedimentos: constituição do corpus

Primeiramente, antes de se aprofundar na análise das notícias escolhidas, foi importante olhar de forma mais detalhada para o objeto de estudo. Foram coletadas todas as matérias listadas na página dedicada à violência contra a mulher no R7 entre os meses de janeiro e agosto de 2020. Então, foi organizada uma tabela (Apêndice A) identificando o mês de postagem, o tema geral da notícia, que forma de mídia é utilizada e a qual editoria pertence (já que a página engloba notícias de diferentes editorias). O propósito desta organização inicial foi analisar que tipo de conteúdo é prevacente nesta página do portal e de que maneira ele costuma ser divulgado.

Apesar do grande volume de conteúdo que geralmente é colocado nas diferentes páginas do portal diariamente, a seção dedicada especialmente para a violência contra a mulher contém apenas 43 notícias no período de oito meses. A própria barra de pesquisa do site oferece apenas nove resultados quando se utiliza as palavras-chave 'violência doméstica', como pode ser conferido na Figura 1.

Figura 1 - Resultado da pesquisa no site R7 com termos 'violência doméstica'.

Web Imagem

Aproximadamente 9 resultados (0.15 segundos) Classificar por: Relevância ▾

A cada dois minutos, uma mulher é vítima de **violência doméstica ...**
<https://noticias.r7.com/.../a-cada-dois-minutos-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-domestica-20092019>
 20 Set 2019 ... Isso, obviamente, choca", diz Fabiana Paes, do Gevid (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à **Violência Doméstica**) do MP-SP (...)

'Invisíveis', pessoas com deficiência sofrem com **violência doméstica ...**
<https://noticias.r7.com/.../invisiveis-pessoas-com-deficiencia-sofrem-com-violencia-domestica-21092020>
 Há 2 dias ... Na maioridade, Ana teve a coragem de expor a **violência** à esposa do agressor que, a princípio, não acreditou. Alguns meses depois, a mulher ...

Saiba como denunciar casos de **violência doméstica na quarentena ...**
<https://noticias.r7.com/.../saiba-como-denunciar-casos-de-violencia-domestica-na-quarentena-19052020>
 19 Mai 2020 ... Com a quarentena imposta pela pandemia do novo coronavírus, os casos de **violência doméstica** aumentaram; Denúncias crescem na ...

Mulher chama polícia para **violência doméstica e é agredida por PMs**
<https://noticias.r7.com/.../mulher-chama-policia-para-violencia-domestica-e-e-agredida-por-pms-05062020>
 5 Jun 2020 ... Uma jovem de 26 anos acionou a Polícia Militar para pedir ajuda em um caso de **violência doméstica** no município de Presidente Prudente, ...

Fonte: Site R7.

Já quando se procura pelo termo 'violência contra a mulher', os resultados se tornam mais expressivos. Os primeiros links redirecionam para notícias dentro do próprio R7, mas ainda na primeira página é possível encontrar matérias oriundas de outros sites externos. Entretanto, ao organizar de acordo com a data de postagem, os resultados no topo da pesquisa são, em sua maioria, de outros sites fora do domínio do portal, conforme Figura 2:

Figura 2 - Resultado da pesquisa no site R7 com termos 'violência contra a mulher'.

Web Imagem

Aproximadamente 54,100,000 resultados (0.46 segundos) Classificar por: Data ▾

Relembra as novelas que abordaram a **violência contra a mulher ...**
<https://www.estrelando.com.br/.../relembra-as-novelas-que-abordaram-a-violencia-contra-a-mulher-em-suas-tramas-221877>
 há 5 horas ... Relembra as novelas que abordaram a **violência contra a mulher** em suas tramas. Antes de O Outro Lado do Paraíso, outras produções ...

Quatro **mulheres denunciam advogado 'agressor' à OAB | Gazeta ...**
<https://www.gazetadigital.com.br/editorias/policia/...mulheres.../629975>
 Há 1 dia ... Borges explica que, desde então, o Conselho Federal assim reafirmou seu compromisso no enfrentamento à **violência contra a mulher** e ao ...

Secretário-geral da ONU pede acordo global **contra desigualdades**
<https://www.folhavoria.com.br/.../secretario-geral-da-onu-pede-acordo-global-contra-desigualdades>
 Há 1 dia ... **Violência contra mulher**. Guterres afirmou que deve haver um esforço conjunto, em escala global, para cessar crescentes violações de direitos ...

Denúncias de **violência contra a mulher cresceram 37%, diz Damares**
<https://noticias.r7.com/.../denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-cresceram-37-diz-damares-22072020>
 21 Jul 2020 ... Ministra da **Mulher**, Família e Direitos Humanos avalia que quarentena 'colocou o predador e a presa dentro do mesmo ambiente'

Fonte: Site R7.

Considerando o aumento do número de denúncias de violência contra a mulher no Brasil em 13.55% em fevereiro de 2020, 17.89% em março e 37.58% em abril, como afirma o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos³¹, é interessante notar o número pequeno de casos que aparentam ser relatados pelo R7. Uma das notícias divulgadas dentro do portal mostra a violência doméstica como um grande problema social que atualmente enfrentamos, responsável por sete a cada 10 vítimas de feminicídio³². Em tempos de pandemia e isolamento social, esse número se torna ainda mais preocupante. Dados de 2019 mostram que, entre 10 crimes contra a mulher, nove são cometidos por namorado, marido ou ex-companheiro³³. Entretanto, a pesquisa pelo

³¹ <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/07/aniversario-da-lei-maria-da-penha-e-marcado-por-aumento-da-violencia-domestica>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

³² <https://noticias.r7.com/saude/coronavirus/sem-lugar-seguro-quarentena-expoe-crise-de-violencia-domestica-no-pais-01042020>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

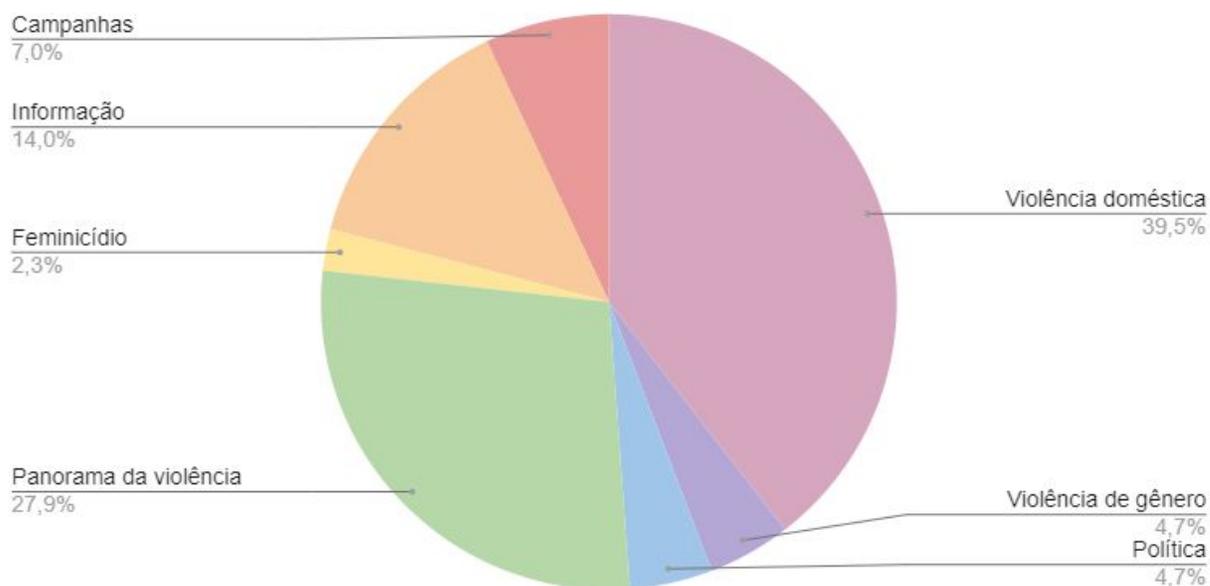
³³ <http://www.r7.com/retrospectiva-2019/fotos/feminicidio-esta-entre-os-crimes-que-aumentaram-no-brasil-em-2019-20122019#/foto/1>. Acesso em: 23 de agosto de 2020.

termo 'violência doméstica' foi a que menos apresentou resultados, apesar de atingir uma parcela tão grande da população feminina tanto no Brasil quanto no mundo.

Após a montagem da tabela organizando as matérias coletadas apresentada no Apêndice A, foi possível analisar que tipo de conteúdo prevalece dentro da página destinada à violência contra a mulher. Aproximadamente metade das notícias, 20 entre as 43, era relacionada a casos ocorridos recentemente, variando entre violência doméstica, feminicídio e outros tipos de violência contra a mulher. Diferentemente da pesquisa inicial, que incluía todo o portal, as notícias sobre casos violência doméstica são predominantes na página específica sobre o tema "violência contra a mulher", apesar do seu pequeno número (15) em comparação ao total. O enquadramento das matérias na categoria de violência doméstica para análise foi realizado através da leitura do título das mesmas na página. Para que a notícia fosse considerada desse tipo, deveria tratar de um caso em que a mulher foi agredida ou sofreu qualquer tipo de violência por parte de alguém próximo a ela, seja algum familiar ou companheiro.

Nessa pesquisa, o foco foram notícias que trouxessem casos específicos e não apenas dados ou informações sobre a violência doméstica no geral. A outra parcela refere-se principalmente a dados relacionados ao panorama da violência contra a mulher no Brasil, campanhas de conscientização, questões políticas relacionadas a ela ou informações que podem ajudar as vítimas. É interessante notar que notícias deste tipo servem para contextualizar a situação da violência contra a mulher como um problema sistêmico no país e colocam cada caso individual sob uma diferente perspectiva. Duas das notícias coletadas, referentes a 4,7% do total, referem-se a casos de violência de gênero de outros tipos, como o assédio ou estupro cometido por desconhecidos e, portanto, não foram enquadradas na categoria de violência doméstica. As porcentagens das matérias da página de acordo com suas temáticas, pode ser conferida na Figura 3.

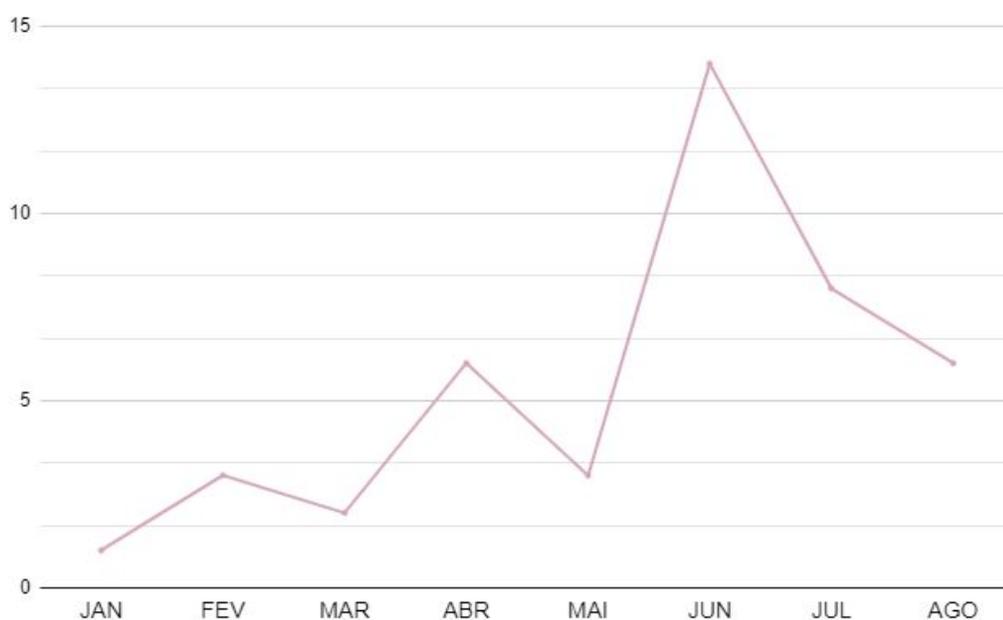
Figura 3 - Categorização das notícias da página sobre violência contra a mulher por conteúdo abordado.



Fonte: Elaborado pelo Autor (a).

Ao analisar a quantidade de notícias divulgadas por mês na página, é possível notar um aumento significativo no número entre os meses de junho e julho, coincidindo com o período de isolamento social no Brasil. É interessante notar também que uma grande parcela das notícias, um total de 13 das 22 divulgadas durante esses dois meses, focaram em trazer dados sobre a situação da violência contra a mulher no país e também informações que pudessem auxiliar quem se encontra nessa situação. Esse tipo de conteúdo informacional e não relacionado a casos específicos é o foco de 21 das notícias listadas na página. A quantidade de matérias publicadas por mês na página pode ser conferida na Figura 4.

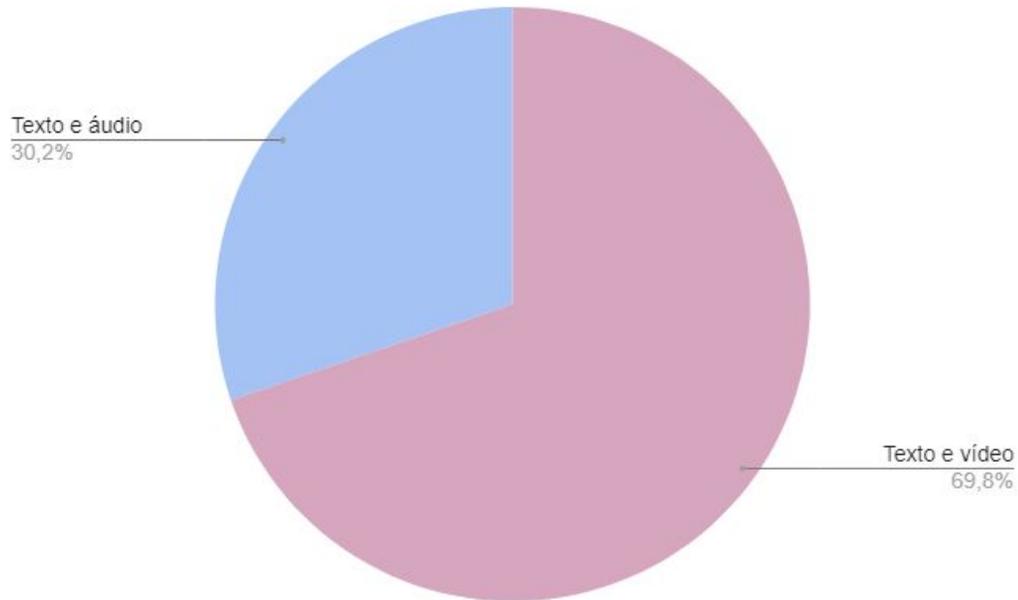
Figura 4 - Quantidade de notícias divulgadas por mês na página sobre violência contra a mulher.



Fonte: Elaborado pelo Autor (a).

Por último, foi também analisado de que forma o conteúdo foi reproduzido mais comumente nessas matérias: 30 das 43 notícias tinham o vídeo como principal formato, sendo oriundas de programas da Rede Record, como Balanço Geral, Cidade Alerta e Fala Brasil. Esse conteúdo audiovisual é sempre acompanhado de um título e breve texto explicando-o, que serve apenas de suporte para o vídeo e não apresenta muitos detalhes. Sem exceções, essas notícias vêm de diferentes programas da rede e são apenas transpostas para o portal R7, não sendo produzidas unicamente para o mesmo. Já as outras 13 matérias têm o texto como foco, mas são também acompanhadas de áudio para pessoas com dificuldade de visão ou leitura. Tais áudios são apenas a versão falada do que está escrito, uma leitura realizada por máquinas que não traz nenhuma informação nova. A Figura 5 demonstra quantitativamente as mídias utilizadas.

Figura 5 - Categorização das notícias da página de acordo com o tipo de mídia utilizado.



Fonte: Elaborado pelo Autor (a).

Após a análise inicial das notícias divulgadas dentro do período escolhido, foi feita a escolha de quais matérias iriam compor o corpus da pesquisa. Para realizar a análise de discurso, foram selecionadas apenas as notícias que tinham o texto como principal mídia para divulgação da informação dentro do tempo determinado. Dentro das 17 notícias que se referiam a casos de violência doméstica, 12 eram compostas por vídeos de matérias que foram divulgadas nos canais de TV da Record. Sendo assim, as cinco notícias restantes, que tinham o texto como seu principal meio de transmissão da informação, foram as escolhidas para realizar a análise.

É importante ressaltar que, para a AD, o que interessa não é a exaustividade da análise, também chamada de horizontal (ORLANDI, 2015). O analista nunca chegará a uma completude de análise do objeto, porque ele oferece inúmeras possibilidades de olhares. “Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2015, p. 62). O que se

busca com a AD é uma exaustividade vertical, ou em profundidade, o que justifica o corpus desta pesquisa ser formado por cinco notícias.

As notícias que formam o corpus desta pesquisa são, então, as seguintes:

- 1) “Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito”³⁴ - 4 de março (Anexo A)
- 2) “Mulher chama polícia para violência doméstica e é agredida por PMs”³⁵ - 5 de junho. (Anexo B)
- 3) “Homem é preso acusado de matar e ocultar corpo da namorada no Rio”³⁶ - 24 de junho. (Anexo C)
- 4) “Rio: homem é preso acusado de asfixiar até a morte a companheira”³⁷ - 3 de julho. (Anexo D)
- 5) “Suspeito de ao menos 10 casos de estupro teria abusado da filha”³⁸ - 11 de agosto. (Anexo E)

A seguir será apresentada a análise de discurso dessas cinco notícias.

5.2 Análise: a representação da mulher vítima de violência doméstica no R7

Após a seleção das notícias que compõem o corpus desta pesquisa, foram identificados sentidos sobre a mulher presentes nos textos. Buscou-se paráfrases discursivas, ou seja, sentidos que se repetiam. Para isso, foram realizadas leituras das notícias para selecionar as sequências discursivas (SDs), ou seja, os trechos relevantes para discutir as representações da mulher no R7 e que repetiam determinados sentidos. Ao todo, foram identificadas 17 SDs (Apêndice B). A partir dessas sequências,

³⁴

<https://noticias.r7.com/cidades/mulher-e-baleada-com-tres-tiros-e-ex-companheiro-e-suspeito-04032020>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

³⁵ <https://noticias.r7.com/sao-paulo/mulher-chama-policia-para-violencia-domestica-e-e-agredida-por-pms-05062020>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

³⁶ <https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/homem-e-preso-acusado-de-matar-e-ocultar-corpo-da-namorada-no-rio-24062020>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

³⁷

<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rio-homem-e-preso-acusado-de-asfixiar-ate-a-morte-a-companheira-03072020>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

³⁸

<https://noticias.r7.com/sao-paulo/suspeito-de-ao-menos-10-casos-de-estupro-teria-abusado-da-filha-11082020>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

foram identificadas três formações discursivas (FDs), assim denominadas: “FD 1 - Mulher Responsabilizada”, “FD 2 - Mulher Preservada”, “FD 3 - Mulher Exposta”. Como afirma Benetti (2016), lembrando Pêcheux, as formações discursivas correspondem aquilo que pode e deve ser dito sobre um determinado discurso. No caso deste trabalho, foi identificado, então, aquilo que pode e deve ser dito sobre a mulher em notícias de violência contra elas no R7. O quadro abaixo mostra o número de SDs encontrada em cada FD, e que serão apresentadas e discutidas ainda neste capítulo.

Tabela 1 - Formações discursivas em notícias de casos de violência doméstica.

FORMAÇÕES DISCURSIVAS (FDs)	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDs)
FD1 - Mulher Responsabilizada	11
FD 2 - Mulher Preservada	5
FD 3 - Mulher Exposta	3

Fonte: Elaborado pelo Autor (a).

Na Tabela 2, a seguir, é apresentado o número de SDs por FD em cada uma das notícias selecionadas.

Tabela 2 - Sequências discursivas por formação discursiva em cada matéria.

NOTÍCIA	FD 1 - MULHER RESPONSABILIZADA	FD 2 – MULHER PRESERVADA	FD 3 - MULHER EXPOSTA
TEXTO 1	4	2	0
TEXTO 2	4	2	0
TEXTO 3	2	0	1
TEXTO 4	0	0	2
TEXTO 5	1	1	0

Fonte: Elaborado pelo Autor (a).

A seguir, a análise de cada FD é apresentada e os sentidos de cada uma delas são exemplificados com sequências discursivas identificadas. Em seguida, são identificadas também as fontes que aparecem nas notícias para se verificar quando a

voz da mulher é destacada. Por fim, faz-se uma reflexão sobre a descontextualização dos casos apresentados nas notícias.

5.2.1 FD1 - Mulher Responsabilizada: de quem é a culpa?

A primeira formação discursiva (FD1) que foi identificada na maioria das notícias analisadas e que contém o maior número de SDs refere-se à mulher que é responsabilizada pelo o que lhe aconteceu, ao invés de ser tratada como vítima. Embora essa construção seja normalmente feita de maneira sutil ao implicar que as suas ações ou escolhas são responsáveis pela agressão que sofrem, os sentidos que produzem compactuam e reforçam a mentalidade machista e sexista que é ainda predominante na nossa sociedade. Esse tipo de discurso, apesar de parecer inocente e comum para muitos, é prejudicial justamente porque a “naturalização da relação de domínio do masculino sobre o feminino é uma das armas ideológicas mais utilizadas na manutenção da estrutura social” (CARDOSO; VIEIRA, 2014, p.72). Ainda nas palavras das autoras, a culpabilização das vítimas agrava os crimes que sofreram, pois causa a sua desmoralização perante a sociedade e reitera a sua posição submissa com relação ao homem, o qual a vê como a sua propriedade. Tal construção se torna evidente nas seguintes SDs:

O ex-companheiro estaria inconformado com a **separação** e foi até a casa dela, onde os dois discutiram e ele atirou três vezes na mulher (SD04, TEXTO 1)

Teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma **discussão por ciúmes** após uma festa de carnaval (SD12, TEXTO 3)

Em notícias de violência doméstica como as que foram analisadas, é comum ver o ciúme ou o término como um fator externo que leva à agressão, como uma justificativa da ação do homem. O uso dos mesmos como desculpa para a violência é resultado da posição inferior que a mulher possui na estrutura social, pois quando ela é vista como posse do homem, o ciúme se torna uma reação razoável e até mesmo esperada do homem. Dessa forma, a culpa por suas ações é minimizada e “a vitimização do agressor através do argumento ‘ciúmes’ produz a culpabilização da

vítima, atribuindo-lhe as prerrogativas de provocadora dos fatos e merecedora de suas consequências” (HAUSER; CASTRO, A. G; CASTRO,C.C; MENDONÇA; SATLER, 2017, p. 8).

Embora o caso do texto 5 refira-se tanto à violência doméstica como à violência contra a mulher, com o mesmo agressor, a culpabilização das vítimas está também presente em SDs como:

Com alguns dados em mãos, o suspeito as atraía com mensagens pelo celular. De acordo com a polícia, algumas mulheres ligavam de volta em busca das vagas. (SD17, TEXTO 5).

Neste caso, a ação das vítimas, que ligavam para o agressor, pode ser interpretada como justificativa para elas serem responsabilizadas pelo que sofreram, pois fizeram a escolha de entrar em contato com um desconhecido e confiar nele. É um tipo de justificativa que é comumente utilizada em casos de assédio, quando as mulheres são questionadas como se as suas escolhas fossem responsáveis por colocá-las em posição de risco. A chamada cultura de estupro se faz presente na sociedade de maneira sutil, através da dúvida criada com relação às vítimas e também “na justificção da violência pela roupa que a vítima estava usando na hora do crime, ou ainda, por andar desacompanhada na rua de noite” (TURCATTO, 2017, p.3).

Esses são apenas alguns exemplos de como se pode gerar dúvida sobre o comportamento da vítima, que ocorre com tanta frequência em casos do tipo. Dessa maneira, se tira parcialmente a responsabilidade dos homens que escolhem agir agressivamente, pois eles são “levados” a isso devido às circunstâncias e, portanto, não estavam completamente em controle das suas ações. O foco da matéria, nesses casos, é a ação e comportamento da mulher que foi vítima, e não do seu agressor. Com relação à violência doméstica, cometida por pessoas que são próximas das vítimas, tal culpabilização vem de diferentes formas, geralmente através de questionamentos sobre por que não saíram de casa para se afastar do agressor, ou, como visto nas notícias analisadas, através da criação de “motivos” os quais levaram àquela situação. Sejam eles ciúmes, brigas ou até mesmo o término de um relacionamento.

A responsabilização das mulheres e vitimização dos agressores também pode ser notada através da escolha de palavras para relatar o fato. A voz passiva, colocando a vítima em primeiro plano em vez do homem, é também comumente usada nas notícias, estando presente tanto no corpo do texto como em dois dos títulos analisados. São construções como as das SDs abaixo que colocam a vítima em evidência e, por sua vez, apaga a presença do agressor.

Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito (SD01, TEXTO 1).

Mulher chama polícia para violência doméstica e é agredida por PMs (SD05, TEXTO 2).

Segundo a DDPa (Delegacia de Descoberta de Paradeiros), Suellen Borges da Silva, de 27 anos, teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes após uma festa de carnaval (SD13, TEXTO 3).

A representação dos atores do caso através da escolha por qual tipo de voz verbal utilizar e quem será o sujeito da frase pode também alterar a percepção do leitor sobre o que aconteceu. Os conceitos de Van Leeuwen são trazidos por Cardoso e Vieira (2014, p. 74), que identificam essa construção como um tipo de exclusão por *backgrounding*, onde “os atores são colocados em segundo plano, e embora possam ser recuperados pelo leitor em algum ponto do texto, suas ações são, em grande parte, implícitas”. De acordo com as autoras, as escolhas por frases desse tipo servem para manter a estrutura social atual de dominação masculina, atribuindo responsabilidade à vítima pela violência que sofreu e trazendo o agressor como figura secundária do crime. Para Demoner e Tomazi (2017), a escolha pela voz passiva é feita justamente para desenfatar a responsabilidade da ação por quem a cometeu, sendo, nesses casos, o homem. O foco está na mulher, que será escrutinada e, muitas vezes, desmoralizada, pelos leitores devido à construção e às escolhas do jornalista.

É também interessante notar a escolha de verbos e adjetivos para relatar a ação das vítimas, principalmente no texto 2, como mostram as SDs a seguir:

A mulher, então, ficou insatisfeita e questionou se os PMs deixariam ela sozinha com o agressor. (SD07, TEXTO 2).

A jovem recusou a assinar o boletim e foi liberada. (SD09, TEXTO 2).

Antes de colocar a vítima na viatura, como autora de crime, ela ainda foi agredida. (SD08, TEXTO 2).

Ao falar que ela ficou “insatisfeita” e “questionou” a atitude dos policiais – que não quiseram levar tanto ela quanto o irmão agressor para deporem na delegacia e que iriam embora sem resolver a situação –, dá-se a entender que ela que estava criando um problema. Ao não aceitar a atitude dos policiais, a jovem foi acusada de desacato e agredida por eles. Esses termos geram uma conotação negativa com relação à personalidade da vítima, que se repete na escolha pela palavra “recusou” ao descrever como ela não assinou o boletim de ocorrência, já que o boletim apenas mencionava o desacato e não a agressão do irmão e dos policiais. O verbo recusar, em conjunto com a frase anterior, cria a imagem de que a jovem é hostil e sutilmente justifica a ação dos policiais ao levá-la à delegacia. Além disso, ela é também referenciada como ‘autora de crime’ na SD08, afirmando a sua culpa na questão do desacato apesar de o resto da notícia contradizer e questionar se esse seria mesmo o caso.

Com relação a essa formação discursiva, pode-se notar as paráfrases discursivas relativas ao sentido de responsabilização da mulher. Na maioria dos textos, que tratavam de casos e situações diferentes, é possível ver “o retorno aos mesmos espaços de dizer” (ORLANDI, 2015, p.36), que constitui a paráfrase através dos sentidos em comum que são levantados em cada um deles. Mais de uma vez, retornamos à ideia de que as mulheres vítimas de violência podem ser responsabilizadas por esses acontecimentos, sedimentando o pensamento machista e patriarcal que já são dominantes.

Esse tipo de pensamento faz também parte da cultura de estupro, com efeitos que “se manifestam nos discursos de ódio para com as vítimas, os quais culpamos as próprias mulheres pela violência que sofreram” (TURCATTO, 2017, p.3). Os sentidos que estão sendo reproduzidos no texto – no caso, no discurso jornalístico – têm origem exterior ao mesmo, oriundos de outros discursos existentes na sociedade que se infiltram dentro do mesmo até mesmo de maneira inconsciente (ORLANDI, 2015). São falas comuns dentro do tecido social que se reproduzem dentro do discurso jornalístico e, dessa forma, acabam sendo reforçados.

Como afirma Orlandi (2015), para que o interdiscurso funcione e para que esses sentidos sejam inscritos dentro do texto de maneira efetiva, é preciso que ele já tenha sido dito em outro lugar e que a sua origem se apague. São as ideologias que, ao terem seus discursos repetidos tantas vezes e por tanto tempo, acabam tendo a sua origem apagada e se tornam “parte” da mentalidade da sociedade. Isso é extremamente relevante quando se refere ao gênero, pois o mesmo é uma construção social que também influencia nas relações de poder (SCOTT, 1989), mas que foi tão reproduzido que o seu aspecto social mutável acabou se apagando através do processo de naturalização.

Como explica Hall (2016, p.41-42), “o sentido *não* está no objeto, na pessoa ou na coisa, muito menos *na* palavra. Somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável. *O sentido é construído pelo sistema de representação*”. Essas construções associadas às mulheres encontram-se firmemente enraizadas no imaginário social e, por isso, são tão facilmente acionadas e frequentemente repetidas. Elas não são fixas na natureza, mas um resultado de convenções sociais, culturais e linguísticas, que também podem mudar ao longo do tempo (HALL, 2016).

Ainda nas palavras de Hall (2016), os significados que tiramos de um determinado objeto dependem principalmente do sistema de conceitos e imagens que já existe dentro dos nossos pensamentos, as representações mentais que carregamos conosco. Ou seja, os sentidos aqui abordados somente existem pois se relacionam com outros discursos presentes na sociedade, de onde se originam as imagens e estereótipos sobre a mulher vítima que são repetidas nessas notícias. Como ele ainda explica, em uma mesma cultura, podemos nos comunicar por compartilharmos os mesmos mapas mentais. É dessa maneira que os sentidos atribuídos às mulheres que partem de discursos machistas e patriarcais se repetem e espalham pela sociedade, se fortalecendo cada vez que deixamos de questioná-los.

Na análise da FD1, pode-se ver como um sentido repetido e inscrito dentro do discurso patriarcal e machista se impregna no discurso jornalístico. O jornalismo, com o seu grande alcance e suposta credibilidade, acaba tendo um papel essencial na manutenção das estruturas dominantes através da propagação de ideologias de

maneira implícita ou sutil (CARDOSO; VIEIRA, 2014). Como a FD1 foi a que contou com mais SDs, pode-se dizer que o sentido da mulher responsabilizada é o mais forte em relação à representação da mulher nas notícias do R7.

5.2.2 FD2 - Mulher Preservada vs FD3 - Mulher Exposta: quem são elas?

A segunda formação discursiva que foi analisada (FD2) refere-se à representação da mulher como indivíduo, para além da agressão e crime do qual foi vítima. Em sua grande maioria, as notícias que fazem parte do corpus não dão informações sobre as mulheres além do seu gênero e, em alguns casos, idade. Para se referirem a elas, foram usados apenas termos como

Uma mulher de 22 anos foi baleada com três tiros nesta quarta-feira (SD02, TEXTO 1).

Uma jovem de 26 anos acionou a Polícia Militar para pedir ajuda em um caso de violência doméstica no município de Presidente Prudente, a cerca de 550 km de São Paulo. (SD06, TEXTO 2).

A filha soube que ele havia sido preso, foi à delegacia e, segundo a polícia, disse que foi abusada quando tinha 11 anos. (SD16, TEXTO 5).

No caso da SD16, do texto 5, é interessante notar o apagamento dessa vítima como pessoa própria, sendo referida apenas pela sua relação com o agressor em questão, foco da matéria. Enquanto a falta de um nome e rosto para essas mulheres pode tornar as notícias mais impessoais e tratá-las como apenas um número dentro dos índices de violência doméstica, tal abordagem também condiz com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que prevê no art. 6º o dever do jornalista de “respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão”³⁹.

Em contrapartida, temos a terceira formação discursiva (FD3), que é caracterizada pela exposição das mulheres, que têm os seus rostos, nomes e outras informações pessoais expostas na matéria. Em duas das cinco notícias (texto 3 e texto 4), a situação de violência doméstica acabou em morte e é justamente nesses casos que a suas

³⁹ https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

faces estampam as matérias. É interessante notar que esses dados só estão presentes nos casos de feminicídio. As SDs a seguir trazem os nomes das vítimas:

Suellen Borges da Silva, de 27 anos, teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes após uma festa de carnaval (SD11, TEXTO 3).

Thayane Nunes da Silva Santos era arquiteta e morava com o suspeito em um apartamento em Campo Grande, na zona norte, onde o crime aconteceu. (SD14, TEXTO 4).

De acordo com Luciana Araújo, no relatório Imprensa e Direitos das Mulheres: Papel Social e Desafios da Cobertura sobre Feminicídio e Violência⁴⁰, entre as mais de 2 mil notícias que analisou, 4,24% divulga imagens da vítima e 12,19% contém informações no texto que podem identificá-las de alguma maneira. Tal fato parece ser mais comum em casos de morte, onde não há tanta preocupação para com a segurança e privacidade da vítima. Para a jornalista, no entanto, a vedação da identificação das vítimas é essencial para proteger sua imagem, dignidade e memória, algo que deveria ser preservado até mesmo em casos em que houve falecimento. A sua morte não deve ser desculpa ou motivo para a sua exposição pela mídia, principalmente ao levar em conta a família em luto.

No texto 4, em seu final, ainda há uma frase de algum conhecido da vítima que foi divulgada nas redes sociais sem especificar se obtiveram consentimento para o seu uso, como pode ser conferido na SD15:

Nas redes sociais, amigos e parentes de Tayane lamentaram a morte da arquiteta. “Descanse em paz, Thay. Que Deus possa confortar o coração dessa família”, diz uma das mensagens compartilhadas em publicações antigas da vítima (SD15, TEXTO 4).

Sem trazer nenhuma informação a mais, tal citação não parece ter nenhum propósito além de acionar uma resposta emocional no leitor através da reação dos amigos e familiares à morte da vítima, que é exposta de mais de uma maneira dentro da matéria, com pouca consideração pela sua privacidade que continua a ser invadida.

⁴⁰ https://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2019/12/IPG_RelatorioMonitoramentoCoberturaFeminicidioViolenciaSexual2019.pdf. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

Por outro lado, ainda de acordo com Araújo (2019, p.20) em seu relatório, “o apagamento da história da vítima e superexposição da história do autor resulta em objetificação da mulher”. Desta forma, ao reportar notícias de violência contra a mulher, é preciso encontrar um equilíbrio entre a proteção da sua imagem e a sua transformação em objeto. Ao mesmo tempo em que se deve proteger as vítimas e manter o anonimato para a sua própria segurança, é também importante que essas notícias sejam construídas de maneira empática e socialmente responsável, sempre tratando a mulher com respeito e humanidade, esteja ela ainda viva ou não.

5.2.3 As vozes nas notícias: quem fala?

Para complementar a análise dos sentidos encontrados, foi analisado também quem teve espaço de fala dentro das notícias que compõem o corpus. Em sua maioria, as informações vieram de fontes oficiais e, principalmente, de departamentos da polícia. Dados do relatório Imprensa e Direitos das Mulheres de 2019 mostram que 78,2% das notícias contam com algum agente de segurança como fonte principal da informação. Em nenhum dos cinco textos analisados foi obtido depoimentos das pessoas envolvidas ou de alguém próximo a elas, sempre seguindo informações de fontes consideradas oficiais, principalmente policiais. Chama atenção o fato de que, nas notícias, somente uma fonte, geralmente policial ou de outros canais de comunicação, foi ouvida, com exceção do texto 2, que tem a voz da advogada da vítima e cita uma nota da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. As fontes explícitas nas notícias podem ser conferidas na tabela 3:

Tabela 3 - Fontes encontradas nas notícias.

NOTÍCIA	FONTES CITADAS
TEXTO 1	TV Correio
TEXTO 2	Advogada da vítima e Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo
TEXTO 3	Delegacia de Descoberta de Paradeiros
TEXTO 4	Record TV Rio

TEXTO 5	Delegada responsável pelo caso
---------	--------------------------------

Fonte: Elaborado pelo Autor (a).

Um caso à parte é a notícia 2, em que a situação foi narrada em mais detalhes do que nos outros textos. Essa notícia caracteriza-se pela advogada que conta a história da sua cliente. Algumas das frases, listadas abaixo, parecem mostrar a perspectiva da vítima, mas, no primeiro exemplo, não aponta de onde essa informação foi obtida, se foi diretamente da mesma ou por terceiros.

Ela relatou que estava sendo agredida pelo próprio irmão (TEXTO 2).

Na abordagem, a vítima questiona o porquê de não fazer o boletim de ocorrência [contra o irmão] e se a PM iria deixar o agressor na casa dela, correndo risco. Então, o policial agiu descontroladamente, bateu, empurrou na viatura e eles se perguntavam o que iriam fazer com ela', diz a advogada Aline Escarelli, do coletivo Pela Vida das Mulheres de Presidente Prudente." (TEXTO 2).

Depois das agressões, a advogada conta que a jovem foi conduzida para a delegacia de pijama, descalça e sem documentos, "como se fosse uma criminosa, dentro do chiqueirinho [parte traseira da viatura, onde leva pessoas detidas]" (TEXTO 2).

Começou, então, segundo a advogada, mais uma barreira enfrentada por ela, já que os policiais teriam recusado registrar a ocorrência" (TEXTO 2).

Essa notícia foi a única que apresentou uma fonte que aparenta ter falado diretamente com o veículo. Grande parte da informação dada dentro da matéria vem da advogada, que fala a favor da vítima, trazendo como contraponto apenas uma nota curta divulgada pela SSP-SP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo) com relação ao ocorrido. Esse é também o único caso onde a informação partiu de alguém com contato direto à vítima, sendo, neste caso, a sua advogada. A sua perspectiva do ocorrido é o foco da matéria. Em todos os outros casos, com exceção dos que a vítima foi assassinada, o caso é contado de maneira analítica e superficial, contendo apenas informações vindas de fontes oficiais. Além disso, o R7 utiliza outros veículos de comunicação como fonte, sem que fique claro que as informações tenham sido checadas. Dessa maneira, em sua maioria, as notícias não parecem trazer diferentes perspectivas ou se aprofundar sobre o ocorrido, falhando em oferecer um

contexto mais detalhado sobre o que aconteceu e se apoiando somente na versão policial do fato.

5.2.4 Mulher descontextualizada: vítimas de que?

Por último, foi notado que a contextualização desses casos não existe nas matérias analisadas. Em todas as notícias do corpus, não houve uma que trouxe mais informações sobre a situação de violência doméstica no Brasil, um problema que afeta tantas mulheres diariamente no país. Apesar da página do site trazer um grande número de matérias que continham esse tipo de conteúdo e eram dedicadas exclusivamente aos mesmos, trazendo desde dados sobre a violência contra a mulher no país como informações que podem ajudar as vítimas, essa contextualização não foi trazida para dentro das notícias que se referiam a ocorridos específicos.

Tão importante quanto trazer os casos que acontecem, é importante contextualizá-los dentro do cenário de violência contra a mulher e não tratá-los como casos à parte. Enquanto algumas ocorrências chegam às autoridades e aos jornais, ainda têm muitas outras mulheres no país que sofrem de abusos semelhantes, mas que ainda não tiveram a coragem ou possibilidade de sair desse ambiente tóxico ou se protegerem. Como afirma Turcatto (2017, p. 11):

É justamente neste viés que o jornalismo, através da sua função social, deve trazer para seu discurso informações que colaboram para entender que estupros não são anormalidades psicopáticas, mas sim uma violência de gênero e um problema que está inserido na sociedade.

Tal afirmação também se aplica a casos de violência doméstica ou qualquer tipo de violência contra a mulher. Luciana Araújo, no relatório *Imprensa e Direitos das Mulheres: Papel Social e Desafios da Cobertura sobre Femicídio e Violência* já apresentado anteriormente, ainda afirma que, para realmente combatermos a violência contra as mulheres que está tão enraizada na estrutura social, é preciso desconstruir as culturas em que se inserem através da discussão sobre o contexto em que esses crimes ocorrem, além de debater sempre as desigualdades sociais impostas aos gêneros e associar essas agressões com dados sobre os índices da violência no

mundo. Tal contextualização é importante para colocar cada caso individual sob uma diferente perspectiva, para que não sejam mais tratados como casos excepcionais e sim como um problema que afeta mulheres ao redor do mundo diariamente.

Como explica Orlandi (2015), existem formas de silêncio que atravessam as palavras e falam por elas. Ainda de acordo com a autora, toda a relação de poder em uma sociedade, como, por exemplo, a dominância masculina, produz um tipo de censura, pois sempre haverá um silêncio acompanhando as palavras. O discurso para Foucault, como explica Hall (2016), é um sistema de representação que rege a forma de falar ou escrever sobre um determinado assunto, efetivamente limitando e restringindo outras formas de se discutir o mesmo. Neste caso, esse silêncio se demonstra no abafamento do problema maior que é a violência contra a mulher ao apresentar cada notícia como algo quase individual, desconectado.

Araújo (2019), em sua pesquisa, também aponta que apenas 66 matérias entre as 2 mil que analisou traziam referências sobre a Lei Maria da Penha, perdendo a oportunidade de informar as mulheres leitoras dos seus direitos e, possivelmente, oferecer maneiras que podem buscar ajuda. Para a jornalista, a falta de contextualização oferecida sobre a legislação que protege as mulheres nega o direito das mesmas à informação e impede que reivindiquem os seus direitos. Dos cinco textos selecionados, apenas dois usaram o termo ‘feminicídio’ e somente um refere-se ao caso com o termo ‘violência doméstica’, mas nenhum trazia conteúdo relacionado às leis ou às maneiras como podem pedir ajuda se encontram-se nessas situações. Ao apresentar o caso apenas falando sobre o ocorrido, as matérias perdem a oportunidade de auxiliar mulheres a saírem de situações de risco e protegerem-se.

Levando em conta que o problema desta pesquisa era a representação da mulher em notícias de casos de violência doméstica, após a análise realizada, é possível afirmar que sentidos relacionados ao discurso machista e de dominância masculina ainda se encontram presentes no discurso jornalístico do R7, principalmente através da culpa que é colocada nas vítimas devido às escolhas de construções realizadas, que foi a FD que mais apareceu durante a pesquisa. O equilíbrio entre preservar as mulheres e contar as suas histórias de maneira empática, contextualizada e socialmente consciente é algo que também não é sempre alcançando e, por isso,

deve ser mais discutido no futuro. Estejam essas vítimas ainda vivas ou não, todas elas merecem o tratamento adequado e o seu direito à privacidade, mesmo em morte.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início, o propósito desta pesquisa foi analisar a representação das mulheres no jornalismo em casos de violência doméstica, a fim de discutir os sentidos que mais se encontram presente no discurso jornalístico relacionados às vítimas. A motivação para estudar o mesmo veio de manchetes problemáticas e ambíguas encontradas na mídia, que perpetuam visões estereotipadas e machistas e são prejudiciais às vítimas. Para compreender melhor o tópico, foi discutido no segundo capítulo os conceitos de gênero como construção social, a visão biológica do mesmo e que tipo de estereótipos são atribuídos à mulher devido à naturalização desse tipo de pensamento. Além disso, foi abordado o conceito de cultura do estupro, que normaliza a violência contra a mulher e se encontra presente nos discursos relacionados às vítimas, principalmente quando as culpam pelo ocorrido. Nesse mesmo capítulo, foram também apresentados dados sobre a violência doméstica no país para contextualizar estes atos como um problema maior e estrutural dentro da sociedade em que vivemos e não apenas casos isolados.

No capítulo seguinte, foram tratados conceitos relacionados ao jornalismo e a sua capacidade de construir sentidos, além do seu papel dentro da sociedade. Como um meio de divulgação da informação que possui uma suposta credibilidade consolidada ao longo das décadas e com amplo acesso ao público, a discussão sobre que tipos de sentidos constroem com os seus textos se torna altamente relevante, principalmente levando em consideração a sua possibilidade de quebrar estereótipos e questionar o pensamento dominante quando necessário. Além disso, também foram exploradas as noções de representação social e a sua relação com o jornalismo.

A metodologia utilizada para este estudo foi apresentada no capítulo quatro. Para analisar as notícias em busca dos discursos e pré-concepções que a permeiam, foi utilizado o método de Análise do Discurso de acordo com a escola francesa. Nesse capítulo, foram explorados os principais conceitos relacionados à AD que seriam posteriormente utilizados para fazer a análise das notícias. Foi nessa mesma seção que o portal R7, como objeto de pesquisa, e o corpus foram apresentados, sendo que o

último foi composto de cinco notícias textuais sobre violência doméstica divulgadas na página dedicada à violência contra a mulher no portal entre janeiro e agosto de 2020.

No capítulo seguinte, a constituição do corpus até chegar nas notícias finais que seriam analisadas foi discutida em maiores detalhes, trazendo tabelas e gráficos para investigar que tipo de notícias e conteúdos são predominantes na página. 39,5% das matérias recolhidas contavam casos de violência doméstica, representando o maior percentual das notícias divulgadas na página. Entretanto, ao juntar as matérias que apresentavam casos concretos em uma categoria e todas as matérias que apresentavam assuntos relacionados ao tema, mas não específicos a um caso em particular, foi possível perceber que, em sua grande maioria, as matérias divulgadas na página sobre a violência contra a mulher focavam-se em trazer dados, informações que pudessem ajudar vítimas, campanhas contra a mesma, entre outros assuntos do tipo.

Foi também no capítulo cinco que apresentou-se o resultado da análise de discurso das notícias escolhidas. Após diversas leituras individuais das mesmas, foram identificadas sequências discursivas que foram organizadas nas formações discursivas encontradas nas matérias. Com relação aos sentidos percebidos sobre as mulheres, foram definidas três FDs, nomeadas 'FD1 - Mulher Responsabilizada', 'FD2 - Mulher Preservada' e 'FD3 - Mulher Exposta'.

Enquanto as duas últimas FDs possuem um número similar de SDs dentro das cinco notícias, foi possível notar a predominância da FD1 nas mesmas. A 'FD1 - Mulher Responsabilizada' refere-se às construções que, de uma maneira ou outra, movem a culpa do ato do agressor à vítima, questionando se o que aconteceu com a mulher não foi culpa das suas próprias ações. Esse tipo de construção parece ser a mais comum em notícias que apresentam casos específicos, apesar de isso ser feito muitas vezes de maneira sutil, que não pode ser percebida tão facilmente em uma primeira leitura. A escolha de vozes verbais, os próprios verbos e a forma como uma informação é passada pode alterar a maneira como a vítima é vista e trazer sentidos junto com os mesmos. Há uma tendência de apagar a presença do agressor e, desta forma, diminuir a sua culpa, colocando o foco da notícia na vítima e expondo-a ao julgamento dos leitores.

As FD2 e FD3 são opostas uma à outra. Enquanto na FD2 temos uma mulher preservada e sem identidade, que não é identificada além da idade ou relacionamento que possui com o agressor, temos as mulheres expostas e com a sua privacidade invadida na FD3. Com relação às FDs 2 e 3, pode-se notar que a diferença de tratamento da vítima se dá principalmente devido a sua morte. Mulheres que se tornam vítimas de feminicídio cometido por ex-parceiros ou familiares não têm a sua privacidade respeitada, com os seus rostos e informações pessoais divulgadas pelo R7. Além disso, foram analisadas as vozes presentes nas notícias através das fontes que são citadas dentro das mesmas. As notícias, em sua maioria, seguem um tom de caráter mais oficial, dando clara preferência a fontes policiais ou outros veículos de comunicação. É somente no texto 2 que temos uma visão diferenciada, pois a história é contada através da advogada da vítima, trazendo mais foco nesta versão do que na versão policial, que é trazida somente através de uma nota.

Além das FDs apresentadas acima, outro fator importante a ser notado sobre as notícias analisadas foi a falta de contextualização. Apesar da página do portal R7 trazer diversas matérias onde são apresentados dados sobre a violência contra a mulher no país e até mesmo informações que possam ajudar possíveis vítimas a sair dessa situação de risco, tal conteúdo é inexistente nas notícias aqui analisada e que tratam de casos concretos. Nelas, os acontecimentos sempre apareceram como casos isolados, falhando em trazer o contexto da violência doméstica no Brasil, o que colocaria tais casos sob uma diferente perspectiva. Ao omitir essas informações, as notícias falham em aumentar a conscientização sobre o problema e também oferecer às mulheres informações sobre os seus direitos e como se protegerem.

Considerando que o problema deste estudo era compreender como são construídas as representações da mulher em casos de violência doméstica publicados no portal R7 e com os resultados obtidos na análise, podemos concluir que os discursos machista e patriarcal ainda se encontram presentes nas construções jornalísticas e que precisamos continuar discutindo o assunto a fim de chegarmos em uma representação mais humanizada e empática da vítima de violência doméstica, mantendo o equilíbrio entre contar a sua história e também respeitar o seu direito constitucional à privacidade. Sendo a violência doméstica um problema que afeta tantas

mulheres dentro do país, compreender como reportar esses casos e como utilizar as notícias para auxiliá-las e conscientizar a população é essencial.

Sendo jornalista, mulher e cidadã, acredito que a discussão desse tema é importante para que possamos quebrar esses estereótipos relacionados ao gênero para reverter o processo de naturalização da violência. Como jornalista, acredito no poder da profissão de alterar paradigmas dentro da sociedade em que nos encontramos e acredito que usar o espaço que possuímos para construir uma sociedade melhor e mais justa deve ser uma das principais missões jornalísticas. Como mulher, quero quebrar essas concepções de gênero que nos colocam dentro de caixas e que permitem que tantas mulheres sejam diariamente violentadas das mais diversas maneiras, para que possamos viver uma vida mais tranquila e para que a luta pelo mínimo de respeito não seja mais necessária. Como cidadã e, principalmente, aluna de uma universidade pública, gostaria de continuar trabalhando, pesquisando e discutindo esse assunto sob diferentes perspectivas, para que possa fazer a minha parte e contribuir na construção dessa sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação.** Psicol. Am. Lat., México, n. 14, out. 2008 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso>

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. Tradução Sérgio Milliet. 2 eds. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENETTI, Marcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica.** Intexto, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 14, 1-11 janeiro/junho 2006.

BENETTI, Marcia. **Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos.** In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BENETTI, Marcia. **Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação.** In: org. MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p.235-256.

BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

BIROLI, Flavia. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico.** Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 11º ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 2012.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

BRANDÃO, Ramon Taniguchi Piretti. **Resenha - a ordem do discurso.** InterEspaço, Grajaú/MA, v. 1, n. 3, p. 392-398, Ed. Especial, 2015.

BRUCK, Mohazir Salomão. **Jornalistas e teorias: conciliação possível?** Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 16-32, dez. 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANTERA, Leonor M. BEIRAS, Adriano. **Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres.** In: BLAY, Eva Alterman (Org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.29-44

CARDOSO, Isabela; VIEIRA, Viviane. **A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos.** EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n. 7, p. 69-85, dez.2014.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão.** São Paulo: Editora Ática, 15ª edição, 2002.

COSTA, Anna Paula Serejo da. **Mortalidade de mulheres vítimas de violência relacionada às desigualdades sociais e violência urbana no Brasil, 2000 a 2012.** 2016. 108f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23032>>.

COSTA, R.; MADEIRA, M.; SILVEIRA, C. **Relações de gênero e poder: tecendo caminhos para a desconstrução da subordinação feminina.** 17º Encontro Nacional da Rede Feminista e Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, Brasil, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/index.php/17redor/17redor/paper/view/56>>. Data de acesso: 24 Fev. 2020.

DEMONER, Tamiris; TOMAZI, Micheline Mattedi. **Violência contra mulher no cenário jornalístico: análise discursiva de notícias.** Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HAUSER, E. E; CASTRO, A. G; CASTRO, C.C; MENDONÇA N. L; SATLER, V. F. **Crimes passionais: romantização da mídia e a tese de defesa de honra em homicídios "por amor"**. Salão do Conhecimento: a matemática está em tudo, Rio Grande do Sul, jan./2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **A produção da imparcialidade: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística**. Revista Brasileira De Ciências Sociais - Vol. 25 N° 73, junho/2010.

MOREIRA, Fabiana Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, o Estado de São Paulo e o Globo**. 2006. Orientadora: Karla Maria Muller. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PATRIOTA, K. R. M. P.; TURTON, A. N. **Memória discursiva: sentidos e significações nos discursos religiosos da TV**. Ciências & Cognição, v. 1, 27 mar. 2009.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores**. 2016, 260 f. Orientadora: Marcia Benetti. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2016.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores**. Revista FAMECOS, v. 25, n. 3, p. ID29349, 23 ago. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288391999000400009&lng=pt&nrm=iso>

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, violência e patriarcado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Porto Alegre: Educação e Realidade, v. 20, n. 2. 1995.

SILVA, Márcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias.** 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença.** IN: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a violência contra a mulher.** Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2ª ed., 2005.

TURCATTO, Paula Cristina. **Pensando a cultura do estupro no jornalismo sob a perspectiva de gênero.** 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, ECA/USP, São Paulo, 2017.

URRA, Flávio. **Masculinidades: a construção social da masculinidade e o exercício da violência.** In: BLAY, Eva Alterman (Org.). *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p.117-138.

VIZEU, Alfredo. **O jornalismo e as “teorias intermediárias”: cultura profissional, rotinas de trabalho, constrangimentos organizacionais e as perspectivas da Análise do discurso (AD).** INTERCOM, Núcleo de Jornalismo, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

APÊNDICE A

MÊS	TÍTULO	TEMA	LINK	CONTEÚDO	EDITORIA
JAN	Criminoso invade casa, agride e corta cabelo da ex-mulher com faca	Violência doméstica	http://recordtv.r7.com/cidade-alerta/videos/criminoso-invade-casa-agride-e-corta-cabelo-da-ex-mulher-com-faca-17012020	Texto e vídeo	Cidade Alerta
FEV	Violência contra mulher: área precisa de postura, diz Bolsonaro	Política	https://noticias.r7.com/politica/violencia-contra-mulher-area-precisa-de-postura-diz-bolsonaro-05022020	Texto e áudio	Política
	Homem é preso após mandar torturar e cortar o cabelo de ex-mulher	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/video/s-homem-e-preso-apos-mandar-torturar-e-cortar-o-cabelo-de-ex-mulher-18022020	Texto e vídeo	Balanço Geral RJ
	“Nenhuma a menos”: pai de bailarina morta levanta bandeira contra o feminicídio	Feminicídio	https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/nenhuma-a-menos-pai-de-bailarina-morta-levanta-bandeira-contra-o-feminicidio-28022020	Texto e vídeo	Balanço Geral
MAR	Homem agride ex-namorada com barra de ferro em SP	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/homem-agride-ex-namorada-com-barra-de-ferro-em-sp-04032020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito	Violência doméstica	https://noticias.r7.com/cidades/mulher-e-baleada-com-tres-tiros-e-ex-companheiro-e-suspeito-04032020	Texto e áudio	Cidades
ABR	Sem lugar seguro: quarentena expõe crise de violência doméstica no país	Panorama violência	https://noticias.r7.com/saude/coronavirus/se-m-lugar-seguro-quarentena-expoe-crise-de-violencia-domestica-no-pais-01042020	Texto e áudio	Coronavirus
	Número de denúncias de violência doméstica aumenta durante isolamento	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/numero-de-denuncias-de-violencia-domestica-aumenta-durante-isolamento-07042020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã

	Casos de feminicídio dobram durante isolamento social em SP	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/casos-de-feminicidio-dobram-durante-isolamento-social-em-sp-20042020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Atriz Ísis de Oliveira denuncia marido por agressão no RJ	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/atriz-isis-de-oliveira-denuncia-marido-por-agressao-no-rj-24042020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Operação policial prende suspeitos de violência contra mulher em SP	Violência contra a mulher	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/operacao-policial-prende-suspeitos-de-violencia-contra-mulher-em-sp-24042020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Ísis de Oliveira denuncia marido por agressão durante briga	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/isis-de-oliveira-denuncia-marido-por-agressao-durante-briga-24042020	Texto e vídeo	Fala Brasil
MAI	Casos de violência contra mulher aumentam enquanto número de denúncias cai	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/casos-de-violencia-contra-mulher-aumentam-enquanto-numero-de-denuncias-cai-18052020	Texto e vídeo	Fala Brasil
	Namorado da mãe de Neymar é acusado de violência por ex-companheira	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/namorado-da-mae-de-neymar-e-acusado-de-violencia-por-ex-companheira-20052020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Casos de violência contra mulher aumentam durante a pandemia	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/casos-de-violencia-contra-mulher-aumentam-durante-a-pandemia-21052020	Texto e vídeo	Cidade Alerta RJ
JUN	PM monitora cumprimento de medidas protetivas de mulheres vítimas de agressão	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/cidade-alerta-rj/videos/pm-monitora-cumprimento-de-medidas-protetivas-de-mulheres-vitimas-de-agressao-03062020	Texto e vídeo	Cidade Alerta RJ
	RJ: 190 registra 266 denúncias diárias de crimes contra a mulher	Panorama violência	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-190-registra-266-denuncias-diarias-de-crimes-contra-a-mulher-05062020	Texto e áudio	Rio de Janeiro

Mulher chama polícia para violência doméstica e é agredida por PMs	Violência doméstica	https://noticias.r7.com/sao-paulo/mulher-chama-policia-para-violencia-domestica-e-e-agredida-por-pms-05062020	Texto e áudio	São Paulo
Saiba como identificar sinais dos agressores em um relacionamento	Informação	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/saiba-como-identificar-sinais-dos-agressores-em-um-relacionamento-09062020	Texto e vídeo	Fala Brasil
Vítimas de violência doméstica podem fazer denúncias em farmácias	Informação	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/vitimas-de-violencia-domestica-podem-fazer-denuncias-em-farmacias-11062020	Texto e vídeo	Fala Brasil
TikTok, Plano de Menina e MC Soffia lançam movimento #EuLigoPraEla	Campanha	https://lifestyle.r7.com/tiktok-plano-de-menina-e-mc-soffia-lancam-movimento-euligopraela-12062020	Texto e áudio	LifeStyle
Casos de violência contra mulher disparam durante quarentena	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/casos-de-violencia-contra-mulher-disparam-durante-quarentena-14062020	Texto e vídeo	Fala Brasil
Queda nos números da violência contra mulher preocupa Polícia Civil	Panorama violência	https://noticias.r7.com/minas-gerais/balanco-geral-mg/videos/queda-nos-numeros-da-violencia-contra-mulher-preocupa-policia-civil-16062020	Texto e vídeo	Balanco Geral MG
Prefeitura de SP oferece leitos de hotéis para vítimas de violência doméstica	Informação	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/prefeitura-de-sp-oferece-leitos-de-hotéis-para-vitimas-de-violencia-domestica-17062020	Texto e vídeo	Fala Brasil
Homem é preso suspeito de estuprar uma mulher no RJ	Violência contra a mulher	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/homem-preso-suspeito-de-estuprar-uma-mulher-no-rj-17062020	Texto e áudio	Rio de Janeiro
Homem espanca ex-namorada e é liberado pela polícia	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/homem-espanca-ex-namorada-e-e-liberado-pela-policia-19062020	Texto e vídeo	Fala Brasil
Homem é preso acusado de matar e ocultar corpo da	Violência doméstica	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/homem-preso-acusado-de-matar-e-ocultar-corpo-da	Texto e áudio	Rio de Janeiro

	namorada no Rio		a-namorada-no-rio-24062020		
	Quarentena pode ter provocado subnotificação de casos de violência conta a mulher no RJ	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/quarentena-pode-ter-provocado-subnotificacao-de-casos-de-violencia-conta-a-mulher-no-rj-24062020	Texto e vídeo	Balanço Geral RJ
	Consumo de álcool e desemprego viram gatilho para violência doméstica	Panorama violência	https://recordtv.r7.com/hoje-em-dia/videos/consumo-de-alcool-e-de-semprego-viram-gatilho-para-violencia-domestica-30062020	Texto e vídeo	Hoje em Dia
	Homem preso por espancar namorada grávida é liberado pela polícia	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/homem-preso-por-espancar-namorada-gravida-e-liberado-pela-policia-01072020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	RJ cria serviço de atendimento para mulheres vítimas de violência	Informação	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rj-cria-se-rvico-de-atendimento-para-mulheres-vitimas-de-violencia-02072020	Texto e áudio	Rio de Janeiro
	Rio: homem é preso acusado de asfixiar até a morte a companheira	Violência doméstica	https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/rio-home-m-e-preso-acusado-de-asfixiar-ate-a-morte-a-companheira-03072020	Texto e áudio	Rio de Janeiro
JUL	Homem não aceita término e agride ex-namorada na porta da casa da mãe dela	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/homem-nao-aceita-termino-e-agride-ex-namorada-na-porta-da-casa-da-mae-dela-17072020	Texto e vídeo	Balanço Geral
	Projeto ensina técnica de defesa pessoal para vítimas de violência doméstica na Baixada Fluminense	Informação	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/projeto-ensina-tecnica-de-defesa-pessoal-para-vitimas-de-violencia-domestica-na-baixada-fluminense-21072020	Texto e vídeo	Balanço Geral RJ
	Denúncias de violência contra a mulher cresceram 37%, diz Damares	Panorama violência	https://noticias.r7.com/brasil/denuncias-de-violencia-contra-a-mulher-cresceram-37-diz-damares-22072020	Texto e áudio	Brasil
	Cármem Lúcia diz que Constituição comprova	Política	https://noticias.r7.com/brasil/carmen-lucia-diz-que-constituicao-comprova	Texto e áudio	Brasil

	sociedade machista		prova-sociedade-machista-22072020		
	Juju Salimani fala sobre medida protetiva contra Felipe Franco	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/juju-salimani-fala-sobre-medida-protetiva-contra-felipe-franco-23072020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Luiza Brunet se dedica na luta contra violência doméstica	Campanha	https://recordtv.r7.com/domingo-espetacular/videos/luiza-brunet-se-dedica-na-luta-contra-violencia-domestica-02082020	Texto e vídeo	Domingo Espetacular
	Homem agride esposa com criança de colo em condomínio em SP	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/homem-agride-esposa-com-crianca-de-colo-em-condominio-em-sp-04082020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Campanha Agosto Lilás intensifica combate à violência contra a mulher	Campanha	https://recordtv.r7.com/hoje-em-dia/videos/campanha-agosto-lilas-intensifica-combate-a-violencia-contra-a-mulher-04082020	Texto e vídeo	Hoje em Dia
AGO	Homem flagrado agredindo mulher é investigado pela morte de vizinha	Violência doméstica	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-manha/videos/homem-flagrado-agredindo-mulher-e-investigado-pela-morte-de-vizinha-05082020	Texto e vídeo	Balanço Geral Manhã
	Suspeito de ao menos 10 casos de estupro teria abusado da filha	Violência doméstica	https://noticias.r7.com/sao-paulo/suspeito-de-ao-menos-10-casos-de-estupro-teria-abusado-da-filha-11082020	Texto e áudio	São Paulo
	Hospital cria ala para atender vítimas de violência doméstica na Baixada Fluminense	Informação	https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/hospital-cria-ala-para-atender-vitimas-de-violencia-domestica-na-baixada-fluminense-21082020	Texto e vídeo	Balanço Geral RJ

APÊNDICE B

SD	FD	NOTÍCIA
Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito	Mulher Responsabilizada	1
Uma mulher de 22 anos foi baleada com três tiros nesta quarta-feira	Mulher Preservada + Responsabilizada	1
Uma mulher de 22 anos foi baleada com três tiros nesta quarta-feira (4) em Pilões, no Brejo da Paraíba, e o suspeito da tentativa de feminicídio pode ser um ex-companheiro da vítima.	Mulher Preservada + Responsabilizada	1
o ex-companheiro estaria inconformado com a separação e foi até a casa dela, onde os dois discutiram e ele atirou três vezes na mulher.	Mulher Responsabilizada	1
Mulher chama polícia para violência doméstica e é agredida por PMs	Mulher Responsabilizada	2
Uma jovem de 26 anos acionou a Polícia Militar para pedir ajuda em um caso de violência doméstica no município de Presidente Prudente, a cerca de 550 km de São Paulo.	Mulher Preservada	2
A mulher, então, ficou insatisfeita e questionou se os PMs deixariam ela sozinha com o agressor.	Mulher Responsabilizada	2
Antes de colocar a vítima na viatura, como autora de crime , ela ainda foi agredida.	Mulher Responsabilizada	2
A jovem recusou a assinar o boletim e foi liberada.	Mulher Responsabilizada	2
A defesa da jovem também protocolou uma queixa-crime solicitando medidas de proteção para a vítima,	Mulher Preservada	2
Suellen Borges da Silva, de 27 anos, teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes após uma festa de carnaval	Mulher Exposta	3
Segundo a DDPA (Delegacia de Descoberta de Paradeiros), Suellen Borges da Silva, de 27 anos, teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes após uma festa de carnaval	Mulher Responsabilizada	3
teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes.	Mulher Responsabilizada	3

Thayane Nunes da Silva Santos era arquiteta e morava com o suspeito em um apartamento em Campo Grande, na zona norte, onde o crime aconteceu	Mulher Exposta	4
Nas redes sociais, amigos e parentes de Tayane lamentaram a morte da arquiteta. "Descanse em paz, Thay. Que Deus possa confortar o coração dessa família", diz uma das mensagens compartilhadas em publicações antigas da vítima.	Mulher Exposta	4
A filha soube que ele havia sido preso, foi à delegacia e, segundo a polícia, disse que foi abusada quando tinha 11 anos.	Mulher Preservada	5
Com alguns dados em mãos, o suspeito as atraía com mensagens pelo celular. De acordo com a polícia, algumas mulheres ligavam de volta em busca das vagas.	Mulher Responsabilizada	5

ANEXO A - TEXTO 1

Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito

Uma mulher de 22 anos foi baleada com três tiros nesta quarta-feira O post Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito apareceu primeiro em Portal Correio.



CIDADES
por Portal Correio



04/03/2020 - 19h08



Uma mulher de 22 anos foi baleada com três tiros nesta quarta-feira (4) em Pilões, no Brejo da Paraíba, e o suspeito da tentativa de feminicídio pode ser um ex-companheiro da vítima.

Segundo apuração da **TV Correio**, o ex-companheiro estaria inconformado com a separação e foi até a casa dela, onde os dois discutiram e ele atirou três vezes na mulher. A polícia foi acionada por vizinhos, mas ao chegar à casa da vítima, o suspeito já havia fugido.

A mulher foi socorrida em uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), para o Hospital Regional de Guarabira, mas não há informações sobre o estado de saúde dela.

O caso é investigado pela Polícia Civil e até o fechamento desta matéria, o suspeito de tentar matar a ex-mulher não havia sido preso.

O post [Mulher é baleada com três tiros e ex-companheiro é suspeito](#) apareceu primeiro em [Portal Correio](#).

ANEXO B - TEXTO 2

Mulher chama polícia para violência doméstica e é agredida por PMs

Jovem ainda foi conduzida para a delegacia por supostamente desacatar os policiais militares. Caso aconteceu em Presidente Prudente, no interior de SP

SÃO PAULO

Kaique Dalapola, do R7

© 05/06/2020 - 19h45 (Atualizado em 05/06/2020 - 21h52)



A-

A+



Uma jovem de 26 anos acionou a Polícia Militar para pedir ajuda em um caso de violência doméstica no município de Presidente Prudente, a cerca de 550 km de São Paulo. Ela relatou que estava sendo agredida pelo próprio irmão. Quando os policiais chegaram no local, teriam negado conduzi-los para delegacia e iriam embora sem resolver a situação.

A mulher, então, ficou insatisfeita e questionou se os PMs deixariam ela sozinha com o agressor. Após discussão, os policiais decidiram levá-la por desacato. Antes de colocar a vítima na viatura, como autora de crime, ela ainda foi agredida.

Leia também: [Violência contra a mulher avança com coronavírus na América Latina](#)

Essa é a versão dada pelo coletivo Pela Vida das Mulheres de Presidente Prudente, que acompanha o caso. O caso aconteceu em 21 de março deste ano, mas o vídeo que mostra a mulher sendo agredida se tornou público apenas nesta semana.



Momento que PM agredi mulher
Reprodução

As imagens (*vídeo acima*) mostram um policial militar agredindo a jovem pelo menos duas vezes com um cassetete e colocando ela à força no banco de trás da viatura policial.

“Na abordagem, a vítima questiona o porquê de não fazer o boletim de ocorrência [contra o

irmão] e se a PM iria deixar o agressor na casa dela, correndo risco. Então, o policial agiu descontroladamente, bateu, empurrou na viatura e eles se perguntavam o que iriam fazer com ela”, diz a advogada Aline Escarelli, do coletivo Pela Vida das Mulheres de Presidente Prudente.

Depois das agressões, a advogada conta que a jovem foi conduzida para a delegacia de pijama, descalça e sem documentos, “como se fosse uma criminosa, dentro do chiqueirinho [parte traseira da viatura, onde leva pessoas detidas]”.

Na delegacia da Polícia Civil, a jovem teria sido informada que estava liberada. No entanto, ela quis registrar o boletim de ocorrência de violência doméstica e abuso de autoridade. Começou, então, segundo a advogada, mais uma barreira enfrentada por ela, já que os policiais teriam recusado registrar a ocorrência.

Quando finalmente teria conseguido a permissão para registrar o BO, o documento apontava apenas o crime de desacato. A jovem recusou a assinar o boletim e foi liberada. Para ir embora, ela precisou da ajuda de um homem que estava na delegacia para registrar outra ocorrência, que chamou um transporte por aplicativo, pois ela sequer tinha o dinheiro para voltar para casa.

No dia seguinte, a jovem voltou à Polícia Civil, desta vez para a DDM (Delegacia de Defesa da Mulher), onde registrou o boletim de ocorrência pelos dois crimes e, dois dias depois do caso, realizou os exames de corpo de delito.

A defesa da jovem também protocolou uma queixa-crime solicitando medidas de proteção para a vítima, além do enquadramento do PM por denúncia caluniosa, prevaricação e cárcere privado.

Por meio de nota, a SSP-SP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo) disse que “a ocorrência de violência doméstica foi investigada, por meio de inquérito policial, pela Delegacia de Defesa da Mulher de Presidente Prudente, e relatada ao Poder Judiciário neste mês”.

Já com relação à agressão sofrida pela mulher e o suposto desacato que ela teria cometido, a pasta afirma que estão sendo investigados pela Central de Polícia Judiciária do município e também pela PM, por meio de inquérito policial militar.

ANEXO C - TEXTO 3

Homem é preso acusado de matar e ocultar corpo da namorada no Rio

Suellen Borges da Silva, de 27 anos, teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes após uma festa de carnaval

RIO DE JANEIRO

Vinicius Andrade, do R7*

🕒 24/06/2020 - 11h56



Família procura por vítima há quatro meses

Reprodução

Um homem foi preso na manhã desta quarta-feira (24) acusado de matar e ocultar o corpo da namorada após uma festa de carnaval, em fevereiro, em Pedra de Guaratiba, na zona oeste do Rio de Janeiro.

Leia

também: [Coronavírus:](#)

[UFRJ aponta ações para evitar contágio nos transportes](#)

Segundo a DDPA (Delegacia de Descoberta de Paradeiros), Suellen Borges da Silva, de 27 anos, teria sido morta pelo suspeito com golpes de madeira durante uma discussão por ciúmes.

Em seguida, ainda de acordo com a corporação, o homem escondeu o corpo da mulher e ficou durante três dias com o filho dela, de 3 anos de idade. Ele comunicou à família de Suellen que ela teria desaparecido.

Durante esses quatro meses do suposto desaparecimento da vítima, os familiares procuraram a polícia e fizeram campanhas nas redes sociais.

Além da prisão do jovem, a Polícia Civil continua a investigação para apurar o envolvimento de outras pessoas no homicídio e na ocultação do corpo.

**Estagiário do R7, sob supervisão de PH Rosa*

ANEXO D - TEXTO 4



Arquiteta morreu no apartamento onde morava
Reprodução

Um homem foi preso em flagrante na manhã desta sexta-feira (03) pela Polícia Civil, acusado de asfixiar a companheira até a morte em Campo Grande, na zona oeste do Rio de Janeiro.

Thayane Nunes da Silva Santos era arquiteta e morava com o suspeito

em um apartamento num condomínio na Estrada Iraquã, onde o crime aconteceu.

De acordo com informações da **Record TV Rio**, foi a prima da vítima que encontrou o corpo no local e acionou a polícia.

Em seguida, os agentes da 40ª BPM (Campo Grande) chegaram no apartamento e identificaram o caso como possível feminicídio. No entanto, o suspeito de ter cometido o crime não estava no local.

Segundo as investigações, o acusado do crime não tem passagem pela polícia e trabalha na compra e venda de carros usados na zona norte do Rio.

Nas redes sociais, amigos e parentes de Tayane lamentaram a morte da arquiteta. "Descanse em paz, Thay. Que Deus possa confortar o coração dessa família", diz uma das mensagens compartilhadas em publicações antigas da vítima.

**Estagiário do R7, sob supervisão de PH Rosa*

ANEXO E - TEXTO 5

Suspeito de ao menos 10 casos de estupro teria abusado da filha

Homem atraía mulheres com mensagens pelo celular oferecendo emprego. Casado e pai de três filhos, ele teve a prisão temporária decretada

SÃO PAULO

Do R7, com informações da Record TV

© 11/08/2020 - 20h44



A-

A+



Ouvir:

Suspeito



0:00

ouvir



Suspeito foi preso no Mato Grosso do Sul

Reprodução/Record TV

Um homem suspeito de cometer pelo menos dez estupros em São Paulo foi preso no Mato Grosso do Sul. Carlos Antônio atraía suas vítimas oferecendo vagas de emprego. Ele foi encontrado na casa de conhecidos no estado do Centro-Oeste, a 700 quilômetros da capital paulista. As informações são da **Record TV**.

A suspeita da polícia de que ele pudesse ter feito mais vítimas se confirmou no fim da tarde. A filha soube que ele havia sido preso, foi à delegacia e, segundo a polícia, disse que foi abusada quando tinha 11 anos.

Delegada responsável pelo caso, Vanessa Guimarães relata que as vítimas eram “meninas que distribuía currículo”. Com alguns dados em mãos, o suspeito as atraía com mensagens pelo celular. De acordo com a polícia, algumas mulheres ligavam de volta em busca das vagas.

veja também

- **Suspeito de estupro de mulheres após promessa de emprego é preso em SP**

Imagens gravadas por uma câmera de segurança mostram um dos encontros em um hotel na zona sul de São Paulo. A mulher acreditava que passaria por uma entrevista e uma sessão de fotos. No quarto, porém, foi vítima de mais um abuso

do homem.

A vítima procurou a polícia, registrou queixa e alertou as amigas sobre o criminoso. Nove meses depois, uma conhecida recebeu uma mensagem muito parecida.

Desta vez, Carlos foi recebido por policiais armados e fugiu, deixando o carro com marcas de tiros e um distintivo falso da Polícia Civil, usado para intimidação das vítimas, desaparecendo por três semanas. Casado e pai de três filhos, o homem teve a prisão temporária decretada.